



Práticas de Socioeducação

Cadernos de Socioeducação
Secretaria de Estado da Criança e da Juventude



CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE – SECJ

Práticas de
Socioeducação

Curitiba
2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Orlando Pessuti

Governador do Estado do Paraná

Ney Amilton Caldas Ferreira

Chefe da Casa Civil

Thelma Alves de Oliveira

Secretária de Estado da Criança e da Juventude

Flávia Eliza Holleben Piana

Diretora Geral da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude

Roberto Bassan Peixoto

Coordenador de Socioeducação

CADERNOS DE SOCIOEDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE – SECJ

Práticas de
Socioeducação

2ª Edição

Curitiba
2010

SISTEMATIZAÇÃO

Aline Pedrosa Fioravante

Maria da Conceição de Lima Gomes

Laura Keiko Sakai Okamura

Thelma Alves de Oliveira

COLABORADORES

DIRETORES DE UNIDADES QUE REPRESENTAM SUAS EQUIPES:

Adilson José dos Santos – Umuarama

Alex Sandro da Silva – Fazenda Rio Grande

Amarildo Rodrigues da Silva – Laranjeiras do Sul

Ana Marcília P. Nogueira Pinto – Cascavel

Esther Victoria Cantilon Marqueno Maurutto – Piraquara

Fausto Nunes – Campo Mourão

Gláucia Renno Cordeiro – Ponta Grossa

Júlio Cesar Botelho – Londrina

Lázaro de Almeida Rosa – Piraquara

Luciano Aparecido de Souza – Curitiba

Márcio Schimidt – Londrina

Mariselni Vital Piva – Curitiba

Nilson Domingos – Paranavaí

Rafael C. Brugnerotto – Cascavel

Ricardo José Deves – Toledo

Ricardo Peres da Costa – Maringá

Sandro de Moraes – Pato Branco

Sonia Sueli Alves de Lima – Santo Antonio da Platina

Vandir da Silva Soares – Foz do Iguaçu



Governo do Paraná



CEDCA

1ª. edição 2006

Capa

Caroline Novak Laprea

Ilustrações

Caroline Novak Laprea

Projeto Gráfico / Diagramação / Finalização

Caroline Novak Laprea

Revisão

Patrícia Alves de Novaes Garcia

Sônia Virmond

Organização

Cristiane Garcez Gomes de Sá

2ª. edição 2010

Capa

Tiago Vidal Ferrari

Ilustrações

Caroline Novak Laprea

Tiago Vidal Ferrari

Projeto Gráfico / Diagramação / Finalização

Gennaro Vela Neto

Tiago Vidal Ferrari

Revisão Ortográfica

Elizangela Brito

Revisão

Deborah Toledo Martins

Roberto Bassan Peixoto

Criação Publicitária e Marketing

Fernanda Morales

Felipe Jamur

Organização da coleção

Deborah Toledo Martins

Roberto Bassan Peixoto

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude
Rua Hermes Fontes, 315 - Batel
80440-070 - Curitiba - PR - 41 3270-1000
www.secj.pr.gov.br

IMPrensa Oficial DO PARANÁ



14 zero 9 Marketing e Comunicação | 41* 3085-7111

Práticas de socioeducação / Thelma Alves de Oliveira ... [et al.]; Deborah Toledo Martins, Roberto Bassan Peixoto, orgs. - 2. ed. - Curitiba :Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010
104 p. ; 20 x 28 cm. - (Cadernos de socioeducação; v. 3)

Inclui bibliografia.

ISBN 978 -85-63558-06-0

1. Sistema Socioeducativo – Medidas Socioeducativas 2. Adolescente – Adolescente em Conflito com a lei 3. Prática Socioeducativa. I. Título. II. Série.

“Cidadania

Cidadania é dever de povo.

*Só é cidadão quem conquista seu lugar na
perseverante luta do sonho de uma nação.*

É também obrigação:

*A de ajudar a construir a claridão na consciência
das pessoas e de quem merece o poder.*

Cidadania,

força gloriosa que faz um homem ser para

outro homem,

caminho no mesmo chão, luz solidária e canção! “

Thiago de Mello

A Palavra

Um cenário comum das cidades: meninos perambulando pelas ruas. Antes, apenas nas grandes cidades; agora, em qualquer lugar. Ontem, cheirando cola; hoje, fumando crack. Destruindo seus neurônios e seus destinos. Enfrentando os perigos da vida desprotegida. Aproximando-se de fatos e atos criminosos. Sofrendo a dor do abandono, do fracasso escolar, da exclusão social, da falta de perspectiva. Vivendo riscos de vida, de uma vida de pouco valor, para si e para os outros.

Ontem, vítimas; hoje, autores de violência.

Um cenário que já se tornou habitual. E, de tanto ser repetido, amortece os olhos, endurece corações, gera a indiferença dos acostumados. E, de tanto avolumarse, continua incomodando os inquietos, indignando os bons e mobilizando os lutadores.

Uma mescla de adrenalina e inferno, a passagem rápida da invisibilidade social para as primeiras páginas do noticiário, do nada para a conquista de um lugar. Um triste lugar, um caminho torto; o "ccc" do crack, da cadeia e da cova.

Assim, grande parte de nossa juventude brasileira, por falta de oportunidade, se perde num caminho quase sem volta. Reverter essa trajetória é o maior desafio da atualidade.

Enquanto houver um garoto necessitando de apoio e de limite, não deve haver descanso.

Com a responsabilidade da família, com a presença do Estado, de-

envolvendo políticas públicas conseqüentes, e com o apoio da sociedade, será possível criar um novo tecido social capaz de conter oportunidades de cidadania para os nossos meninos e meninas.

A esperança é um dever cívico para com os nossos filhos e para com os filhos dos outros.

A vontade política e a determinação incansável dos governadores Requião e Pessuti, aliadas ao empenho e dedicação dos servidores da SECJ, compõem o cenário institucional de aposta no capital humano, e sustentam a estruturação da política de atenção ao adolescente em conflito com a lei no Paraná, como um sinal de crença no futuro.

É nosso desejo que esses cadernos sejam capazes de apoiar os trabalhadores da Rede Socioeducativa do Estado do Paraná, alinhando conceitos, instrumentalizando práticas, disseminando conhecimento e mobilizando idéias e pessoas para que, juntos com os nossos garotos, seja traçado um novo caminho.

Com carinho, Thelma

Apresentação

Com satisfação e orgulho apresentamos a reedição do conjunto “Cadernos do IASP”, agora como ***Cadernos de Socioeducação***. A mudança de nome expressa o avanço conceitual e prático do atendimento ao adolescente em conflito com a lei, que resultou na criação da Secretaria de Estado da Criança e Juventude - SECJ em substituição ao Instituto de Ação Social do Paraná - IASP. É a primeira secretaria de estado do país a ser implantada especificamente para pensar, executar e articular as políticas públicas do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e as políticas para a Juventude.

Em 2004, o Governo do Estado do Paraná, realizou um diagnóstico sobre a situação do atendimento ao adolescente que cumpre medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade, identificando, dentre os maiores problemas, déficit de vagas; permanência de adolescentes em delegacias públicas; rede física para internação inadequada e centralizada com super-lotação constante; maioria dos trabalhadores com vínculo temporário; desalinhamento metodológico entre as unidades; ação educativa limitada com programação restrita e pouco diversificada e resultados precários.

Tal realidade exigia uma resposta imediata de implementação de uma política pública que fosse capaz de romper estigmas e paradigmas, concebendo um sistema de atendimento ao adolescente

em conflito com a lei, com as seguintes características: estruturado, organizado, descentralizado e qualificado; articulado com os serviços públicos das políticas sociais básicas; desenvolvido em rede e em consonância com a legislação e normatização vigentes (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA); gerido a partir de um modelo de gestão democrática, planejada e monitorada permanentemente; e principalmente, centrado na ação sócio-educativa de formação e emancipação humana, capaz de suscitar um novo projeto de vida para os adolescentes.

Este movimento foi sustentado por três eixos fundamentais: a revisão do modelo arquitetônico, a implementação de uma proposta político-pedagógica-institucional e a contratação e qualificação de profissionais. Os avanços dessa política pública vão desde o aumento da oferta de vagas para adolescentes de internação e semiliberdade, passam pelo co-financiamento de programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade até a formação continuada dos profissionais dos Centros de Socioeducação-Censes, dos Programas em Meio Aberto, dos Conselhos Tutelares, dos Núcleos de Práticas Jurídicas entre outros.

O trabalho de planejamento e engajamento dos servidores colo-

caram o atendimento socioeducativo do Paraná como referência nacional, evidenciada nas constantes visitas de gestores e profissionais de outros Estados e na premiação do projeto arquitetônico para novas unidades, pelo Prêmio Socioeducando, promovido pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH-PR.

Nesse reordenamento institucional, realizado a partir do plano de ação de 2005-2006, foi possível qualificar a rede existente, além de criar um padrão para as novas unidades a serem implantadas, de acordo com o previsto no SINASE, de forma a constituir um sistema articulado de atenção ao adolescente em conflito com a lei.

A presente reedição dos Cadernos de Socioeducação retoma com maior força seu significado original em estabelecer um padrão referencial de ação educacional a ser alcançado em toda a rede socioeducativa de restrição e privação de liberdade e que pudesse, também, aproximar, do ponto de vista metodológico, os programas em meio aberto, criando, assim, a organicidade necessária a um sistema socioeducativo do Estado.

Nela estão presentes e revisados os 5 Cadernos: *Compreendendo o Adolescente*, *Práticas de Socioeducação*, *Gestão de Centros de Socioeducação*, *Rotinas de Segurança e Gerenciamento de Crises*, acrescidos de quatro novos volumes: *Programa Aprendiz*; *Semi-liberdade*; *Internação e Suicídio: Protocolo de Atenção aos Sinais e Informações sobre Drogadição*.

Todos seguem a mesma dinâmica de elaboração. São resultados de um processo de estudo, discussão, reflexão sobre a prática e registro de aprendizado, envolvendo diretores e equipes das unidades, da sede e grupos sistematizadores, com intuito de produzir um material didático-pedagógico a serviço da efetiva garantia de direitos e execução adequada das medidas socioeducativas. Trata-se, portanto, de uma produção coletiva que contou com o empenho e conhecimento dos servidores da SECJ e com a aliança inspiradora da contribuição teórica dos pensadores e educadores referenciais.

Assim esperamos que os Cadernos de Socioeducação continuem cumprindo o papel de subsidiar os processos socioeducativos junto aos adolescentes, produzindo seus resgates sócio-culturais e renovando a esperança de novos projetos de vida e de sociedade. Como na primeira edição:

Que seu uso possa ser tão rico e proveitoso quanto foi a sua própria produção!

Sumário

1] As Bases da Socioeducação.....	20
1.1 Um Cenário de Crises	20
1.2 A Aposta no Sujeito	23
1.3 A Aposta na Socioeducação	25
1.4. Referências Teóricas para uma Proposta Pedagógica Emancipadora	28
2] A Ação Socioeducativa	42
2.1 Os Objetivos da Ação Socioeducativa.....	46
2.2 Ser socioeducador.....	49
3] Fases da Ação Socioeducativa.....	53
3.1 Fase 1: Recepcionar, Acolher e Integrar o Adolescente	55
3.1.1 Recepção.....	56
3.1.2 Acolhida.....	57
3.1.3 A integração	58
3.2 Fase 2: Realizar o Estudo de Caso	58
3.2.1 A definição de equipe de referência	59
3.2.2 A reunião de informações para o estudo de caso	59
3.2.3 Estudo de caso	60

3.3 Fase 3: Elaborar e Desenvolver o Plano Personalizado do Adolescente	60
3.4 Fase 4: Preparar para o Desligamento e a Reinserção Sociofamiliar	61
3.5 Fase 5: Acompanhar a Reinserção Sociofamiliar	62
4] Instrumentos Pedagógicos	65
4.1 Estudo de Caso	65
4.2 Plano Personalizado do Adolescente - PPA	73
4.3 Conselho Disciplinar	87
5] Integração dos Instrumentos no Processo Socioeducativo	97
Referências	100

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que o cumprimento das medidas socioeducativas para adolescentes que praticaram ato infracional deve contemplar objetivos socioeducacionais. Tais objetivos devem garantir a esses adolescentes o acesso às oportunidades de superação de sua condição de exclusão e à formação de valores positivos para participação na vida social.

A Secretaria de Estado da Criança e da Juventude é responsável pela execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade no Estado do Paraná e, guiando-se pelo princípio supramencionado, tem desenvolvido e sistematizado práticas socioeducativas construídas coletivamente e cotidianamente no interior de seus Centros de Socioeducação na perspectiva da ação-reflexão-ação entre o saber teórico e a prática experienciada.

Este caderno tem por objetivo evidenciar as bases teóricas e apresentar os aspectos metodológicos e operacionais que constituem a proposta político-pedagógica da instituição dirigida aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação e restrição de liberdade no Estado do Paraná.

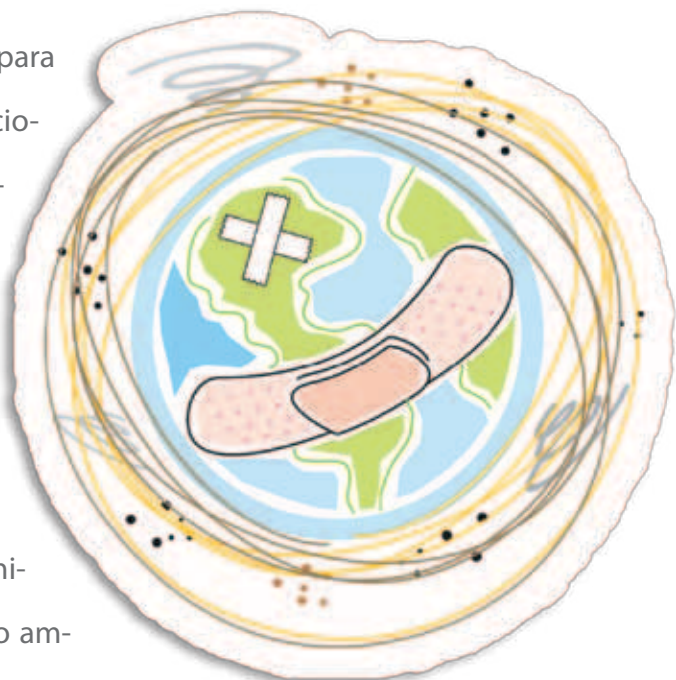
A proposta político-pedagógica parte da compreensão do adolescente em conflito com a lei como uma questão que congrega temáticas e olhares múltiplos, buscando, a partir disso, a proposição de práticas que atuem sobre as diversas facetas das condições pessoais e sociais da vida destes jovens, para, a partir delas, alterar o curso de suas trajetórias de vida.

Entretanto, nem essas páginas, e tampouco as discussões aqui levantadas, esgotam a compreensão e as práticas do trabalho com o adolescente em conflito com a lei. Tanto a compreensão como a prática devem ser constantemente aperfeiçoadas. O sentido delas se volta para a promoção do desenvolvimento pessoal do adolescente e das condições objetivas de seu entorno, para que se dê efetividade à construção e realização de um novo projeto de vida.

1] As Bases da Socioeducação

1.1 Um Cenário de Crises

As últimas décadas foram o cenário para grandes mudanças, tanto no campo socioeconômico e político quanto no da cultura, da ciência e da tecnologia. Borges (2005) pondera que, infelizmente, no percurso destas transformações, a humanidade está se destruindo por conta da própria desumanização do mundo do trabalho, da injustiça social, da fome, da miséria, da corrupção, da poluição do meio ambiente e dos desmandos políticos de toda ordem.



Os estudiosos que observam estas transformações arquitetam diferentes teorias e identificam inúmeras causas para estes fenômenos. Entretanto, em meio a embates e conflitos teóricos, o ponto pacífico a que todos chegam é o de que se trata de um tempo de expectativas, de perplexidade e de crise de concepções e paradigmas. Carvalho (1989) resume assim o seu pensamento acerca do mundo atual:

- (...) sem amor, desoxigenante, terminal e incapaz de garantir a sociabilidade mínima. Nesse cenário dilacerador é que explodem a violência generalizada, a impotência social, o descalabro institucional, a reprodução ampliada da

cultura do narcisismo que, de um lado, aposta na desestruturação da sociabilidade e, de outro, investe no curto-circuito da auto-preservação desmesuradas (Prefácio, apud Costa, 1989, p. 9).

No desenrolar desta crise, que inclui transformações de condutas e de valores sociais, observa-se o surgimento das mais diversas expressões de violência associadas às mais variadas conjunturas sociais. Ao se tratar dessa questão, especificamente no que tange à população juvenil, verifica-se, por um lado, um aumento do envolvimento de jovens em cometimento de atos que infringem a ordem penal, e, por outro, o aumento da gravidade desses atos.

A seguir, são abordadas algumas considerações relacionadas aos pontos de contato entre as macro-transformações sociais, políticas, econômicas e as micro-relações interpessoais, que forjam uma nova forma de ser e de conviver em sociedade.

A importância de tais considerações para a questão do adolescente em conflito com a lei está em reconhecê-las dentro do processo socioeducativo a ser realizado, uma vez que a ação metodológica proposta mais adiante pretende uma reorientação da maneira que este adolescente é e convive no mundo.

O ato infracional cometido pelo adolescente revela o contexto de violência e de transgressão do pacto social. Mas, não se deve perder de vista que ele faz parte da sociedade e que a condição de cumprimento de uma medida socioeducativa não o exclui de um contexto maior de transformações sociais. Tal contexto também deve ser compreendido pela equipe de trabalho na gênese de seu ato infracional, na forma como ele se relaciona com o mundo e em suas perspectivas futuras.

- *Limites (...). A obediência, o respeito, a disciplina, a retidão moral, a cidadania, enfim, tudo parece associado a essa metáfora. Tudo talvez, mas não todos. De fato, quem supostamente carece de limites é sempre uma criança ou um adolescente. (...) Lembremos, porém, um fato importante e nunca suficientemente enfatizado: os jovens são reflexo da sociedade em que vivem, e não de uma tribo de alienígenas misteriosamente desembarcada em nosso mundo, com costumes bárbaros adquiridos não se sabe onde. Se é verdade que eles carecem disso que chamamos de limites, é porque a sociedade como um todo deve estar privada deles (La Taille, 2003, p. 11).*

Na busca dos caminhos possíveis para a reorientação dos valores, condutas e perspectivas de inserção social dos jovens atendidos no sistema socioeducativo deve-se reconhecer as vinculações entre as transformações individuais pretendidas com as relações macro-sociais envolvidas.

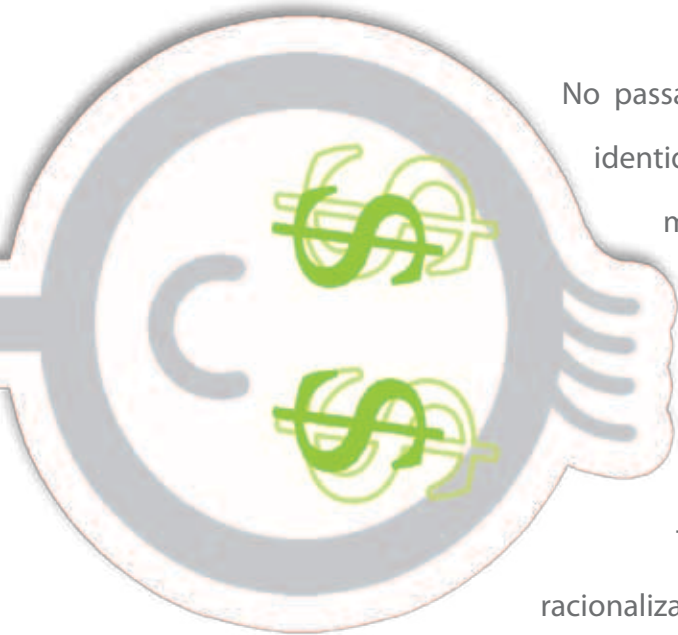
Assim, a visão de mundo e de sujeito que pautam as práticas socioeducativas nos Centros de Socioeducação da SECJ é dialética e interacionista, porque contempla a dinâmica das instituições família, escola, trabalho, comunidade local, rede de serviços de atendimento, etc, ao mesmo tempo em que coloca o foco do trabalho no adolescente, em sua subjetividade e objetividade e na construção de um projeto de vida.

O adolescente deve ser reconhecido como o protagonista deste cenário. Enquanto ele for visto apenas como um problema ou o problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação pessoal e social.

1.2 A Aposta no Sujeito

O autor Alain Touraine considera que:

- *Nestes novos tempos de mudanças tão céleres, os indivíduos têm a consciência de que estão desorientados, sem liberdade, incapazes de se produzirem a si mesmos, esmagados entre uma cidadania mundial, sem responsabilidades, direitos ou deveres e um espaço privado e ensimesmado, submerso, ele também, pelas vagas da cultura mundial (Touraine, 1999).*



No passado, tradição e religião determinavam as identidades. Touraine (1999) considera que atualmente as identidades são múltiplas e fluidas, como é múltiplo e fluido o repertório de experiências e pertencimentos.

Em sua obra “Poderemos Viver Juntos?”, Touraine (1999) apresenta a idéia de que a racionalização do mundo moderno está reduzindo os indivíduos a meros consumidores de produtos econômicos e políticos, bem como transformando a subjetividade, enquanto afirmação da identidade e da liberdade individual, em uma construção intolerante e irracional.

Há, portanto, uma dissociação entre racionalização e subjetivação, e, para recompor este mundo dividido, o autor se apóia na idéia da emancipação do sujeito. Ele defende a possibilidade dessa integração pela formação de um sujeito como um ator com condições de transmitir e perceber significado em suas ações.

- *O indivíduo capaz de encarnar o papel de ator social tem o poder de conduzir e transformar as relações sociais do mundo racional moderno mediante sua consciência, liberdade e criatividade. (1999, p. 230).*

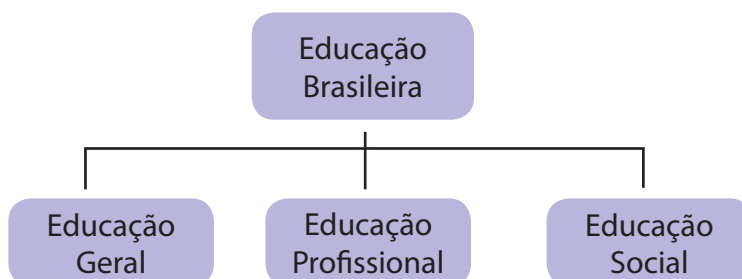
É importante ressaltar que a efetivação do sujeito não se realiza individualmente, mas nas relações que desenvolve com outros indivíduos “... o sujeito se constrói simultaneamente, pela luta contra os aparelhos e pelo respeito do outro como sujeito” (p.302).

Nesse momento, Touraine aponta uma educação de cunho social como caminho para alcançar a construção do sujeito. De acordo com ele, este projeto possibilitaria a integração entre racionalidade e identidade e, com isso, a mediação entre o Estado e a sociedade civil. Trata-se de um movimento emancipador do sujeito que, para o autor Antônio Carlos Gomes da Costa, está articulado com um projeto de socioeducação que deve ser construído no Brasil aliado à educação geral e profissional.

- *Em síntese, as ações educativas devem exercer uma influência edificante sobre a vida do adolescente, criando condições para que ele cumpra duas tarefas bem peculiares dessa fase de sua vida:*
 - I) plasmar sua **identidade**, buscando compreender-se e aceitar-se;*
 - II) construir seu **projeto de vida**, definindo e trilhando caminhos para assumir um lugar na sociedade, assumir um papel na dinâmica socio-comunitária em que está inserido.*

Tudo isso nos remete a uma conclusão vital: **assim como existe educação geral e educação profissional, deve existir socioeducação no Brasil, cuja missão é**

preparar os jovens para o convívio social sem quebrar aquelas regras de convivência consideradas como crime ou contravenção no Código Penal de Adultos. (Costa, texto 2, p.71).



1.3 A Aposta na Socioeducação

Qualquer tipo de educação é, por natureza, eminentemente social. O conceito de socioeducação ou educação social, no entanto, destaca e privilegia o aprendizado para o convívio social e para o exercício da cidadania. Trata-se de uma proposta que implica em uma nova forma do indivíduo se relacionar consigo e com o mundo.

Deve-se compreender que educação social é educar para o coletivo, no coletivo, com o coletivo. É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo.

A socioeducação como práxis pedagógica propõe **objetivos** e critérios **metodológicos** próprios **de um trabalho** social reflexivo, crítico e construtivo, mediante processos educativos orientados à transformação das circunstâncias que limitam a integração social, a uma condição diferenciada de relações interpessoais, e, por extensão, à aspiração por uma maior qualidade de convívio social.

Cabe assinalar que, de acordo com Antonio Carlos Gomes da Costa, a socioeducação se bifurca, por sua vez, em duas grandes modalidades:

- a)** uma, de caráter protetivo, voltada para as crianças, jovens e adultos em circunstâncias especialmente difíceis em razão da ameaça ou violação de seus direitos por ação ou omissão da família, da sociedade ou do Estado ou até mesmo da sua própria conduta, o que os leva a se envolver em situações que implicam em risco pessoal e social;
- b)** e outra, voltada especificamente para o trabalho social e educativo, que tem como destinatários os adolescentes e jovens em conflito com a lei em razão do cometimento de ato infracional.

Feita esta distinção, pode-se falar de uma socioeducação de caráter protetivo e outra de caráter socioeducativo. Essa última voltada para a preparação de adolescentes e jovens para o convívio social, de forma que atuem como cidadãos e futuros profissionais, que não reincidam na prática de atos infracionais (crimes e contravenções), e assegurando, ao mesmo tempo, o respeito aos seus direitos fundamentais e a segurança dos demais cidadãos.



Ao dar ênfase a esta formação, a socioeducação se torna a tarefa primordial dos Centros de Socioeducação para adolescentes em conflito com a lei. O trabalho socioeducativo, nesse sentido, é uma resposta às premissas legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como às demandas sociais do mundo atual.

A socioeducação decorre de um pressuposto básico: o de que o desenvolvimento humano deve se dar de forma integral, contemplando todas as dimen-

sões do ser. A opção por uma educação que vai além da escolar e profissional está intimamente ligada com uma nova forma de pensar e abordar o trabalho com o adolescente.

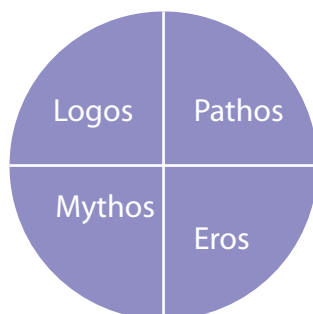
Sobre este novo paradigma, o autor Antônio Carlos Gomes da Costa nos propõe uma abordagem interdimensional, que envolve o adolescente em sua plenitude, suplantando a abordagem disciplinar ou interdisciplinar. Esta última assenta-se na importância da intervenção de diferentes disciplinas profissionais (especialidades) sobre o adolescente, enquanto a primeira assenta-se na importância da manifestação das diferentes dimensões co-constitutivas do ser, como a sensibilidade, a corporeidade, a transcendentalidade, a criatividade, a subjetividade, a afetividade, a sociabilidade e a convivibilidade.

Isso significa um rompimento com o modelo de pensamento fundado na racionalidade moderna e exige dos profissionais que trabalham com o adolescente a superação da visão do mundo mecanicista, fragmentado e histórico.

A educação interdimensional no trabalho com os adolescentes em conflito com a lei proposta pelo autor Antônio Carlos Gomes da Costa parte do pressuposto de que a educação é a comunicação intergeracional do humano, envolvendo conhecimentos, sentimentos, crenças, valores, atitudes e habilidades na constante troca entre educador e educando.

É neste sentido que a educação interdimensional é um esforço de superação da tradição da educação logocêntrica – centrada na razão (logos), atuando em favor de uma visão do educando em sua inteireza e complexidade. Assim, de acordo com este autor, em vez de ter como base as disciplinas do logos, a educação interdi-

mensional trabalha o educando, levando em conta seus sentimentos (Pathos), sua corporeidade (Eros), sua espiritualidade (Mythus) e sua razão (Logos).



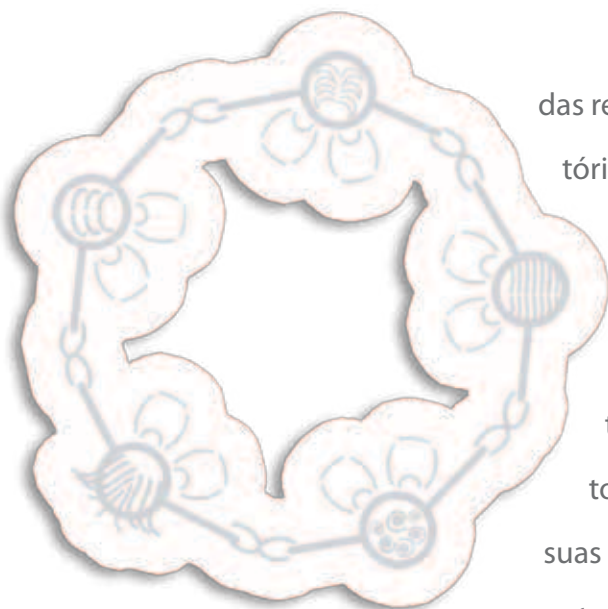
1.4. Referências Teóricas para uma Proposta Pedagógica Emancipadora

O planejamento da ação socioeducativa a ser desenvolvida exige que busquemos os autores que trazem princípios e metodologias capazes de desenvolver as dimensões acima tratadas em adolescentes em geral e, principalmente, que alcancem aqueles que transgrediram a norma social.

Entre tantos autores, destacamos: Makarenko, Celestin Freinet, Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa. Esses autores possuem fundamentos teóricos distintos, todavia compartilham a visão de mundo, de homem e de educação.



Como ponto de convergência, pode-se afirmar que os autores acima citados, entendem o homem como agente de transformação do mundo, fonte de iniciativa, liberdade e compromisso consigo e com sua sociedade: um agente passivo e ativo



das relações que estabelece ao longo de sua história. Tal compreensão exige que os profissionais que trabalham com o adolescente o encarem a partir de suas vinculações históricas e sociais. Dessa forma, não se trabalha com o marginal, o bandido, o infrator, mas com um indivíduo que, em razão de suas condições e relações materiais e históricas, cometeu um ato infracional.

Isso garante que se vislumbre para todos os adolescentes e em todos os momentos de suas vidas possibilidades de construir novas relações com o mundo a sua volta. Não há espaço para o discurso conformista e passivo, tampouco para o discurso que desconsidera os saberes e a capacidade do adolescente se transformar.

Para estes autores, **a educação** é, portanto, um processo de construção orientado, pelo qual o homem, situado no mundo e com o mundo, concretamente, transforma a si mesmo e o que está em sua volta, tornando-se sujeito de seu próprio destino.

Finalmente, a construção do homem cidadão, capaz de fazer a sua história, assumindo um projeto de vida pessoal e social, comprometido com os ideais de sua classe social, pode ser alcançada quando se desvendam para ele a consciência dos seus direitos e de sua potencialidade como agente de transformação.

Com isso, deixa-se registrado, ainda que de uma maneira muito breve, apontamentos relacionados à visão de mundo, de homem e de sociedade adotados pela SECJ, como ponto de partida para a construção da compreensão e abordagem metodológica dirigida ao adolescente em conflito com a lei.

Na sequência, são apresentados alguns referenciais teóricos dos autores que contribuíram para a formulação da proposta pedagógica voltada ao adolescente em conflito com a lei. As contribuições teóricas Makarenko, Freinet, Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa evidenciam que seus projetos político-pedagógicos e sociais, quando traduzidos em princípios, conceitos, métodos e práticas educacionais, convergem para uma idéia de educação humanista e emancipadora.

Sem desrespeitar a coerência teórico-prática do conjunto de suas produções, mas com a intenção de inspirar a ação pedagógicas nas unidades socioeducativas, é que se destacam, a seguir, aspectos considerados relevantes para o trabalho psicopedagógico junto aos adolescentes privados de liberdade.

MAKARENKO

O pedagogo russo Anton Makarenko define a educação como um processo social de tomada de consciência de si próprio e do meio que nos cerca. Para ele, educar é socializar pelo trabalho coletivo em função da vida comunitária. Uma verdadeira coletividade não despersonaliza o homem, antes cria novas condições para o desenvolvimento da personalidade.

Esse educador soviético, que experimentou a metodologia da Educação pelo Trabalho em Instituição para adolescentes autores de infração penal, prega:

- A educação centrada nos interesses do coletivo, em benefício de cada um individualmente e de todos os integrantes do grupo de educandos e educadores;
- O trabalho educativo visto como a essência da educação e da construção do educando comprometido com os ideais de sua coletividade;
- Trabalho educativo compreende qualquer atividade que instrumentaliza o

educando para a investigação do mundo; que dá a ele condições de superar a dicotomia entre trabalho manual x trabalho intelectual, entre o pensar e o fazer; que o estimula a desenvolver todas as suas potencialidades, para que possa atuar em todos os domínios da vida social;

- A participação dos educandos e educadores nos acontecimentos pedagogicamente estruturados, tendo em vista objetivos a serem alcançados por cada um em benefício do coletivo;
- Exigir o máximo possível do homem, para respeitá-lo o máximo possível;
- Apostar positivamente no educando;
- Ver o homem como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso consigo mesmo e com o coletivo; como produto e produtor de relações sociais reguláveis a partir do próprio grupo de educandos;
- Valorizar o educador, sua autoridade, suas possibilidades reais e seu compromisso com a construção de "**homens novos**" para uma "**nova sociedade**".



CELESTIN FREINET

Esse educador francês, nascido em 1897 e falecido em 1966, esteve comprometido com o ensino voltado para as classes populares.

É considerado o criador da escola moderna, desenvolvendo um movimento pedagógico caracterizado por sua dimensão social, pela defesa de uma escola centrada na criança, que é vista não como um indivíduo isolado, mas, fazendo parte de uma comunidade. Sua pedagogia prega:

- A Educação a serviço da criança e não a serviço dos regimes que se sucedem;
- A Educação deve acompanhar, no mesmo ritmo, o movimento da sociedade, as necessidades do meio e a linguagem do seu tempo;
- O desenvolvimento da criança se processa segundo a mais importante das leis da natureza: o TATEAR EXPERIMENTAL (a experiência, a prática social). A escola deve tornar a experiência tateante cada vez mais rica e acelerar sua evolução com o objetivo de permitir a ascensão máxima do indivíduo à eficiência social e à humanidade;
- A escola deve ser um lugar onde os educandos gostem de estar, e não um tormento onde o momento mais importante é o recreio, a saída ou a “cabulação de aula”;
- O método ativo e as técnicas da pedagogia de Freinet oferecem um conjunto de atividades estruturadas que possibilitam ao educando “acontecer”, “ser mais”, “descobrir-se” como agentes de pronúncia e de transformação do mundo.

PAULO FREIRE

O educador brasileiro, reconhecido mundialmente, refere-se a dois tipos de peda-

gogia: a pedagogia dos dominantes, na qual a educação existe como prática da dominação; e a pedagogia do oprimido, como prática da liberdade, que coloca o indivíduo na posição de sujeito da ação transformadora do mundo. O seu pressuposto teórico:



educação = liberdade

- Retoma e valoriza a luta dos oprimidos e seu compromisso pelas transformações estruturais capazes de promover a libertação política, a promoção econômica e a emancipação cultural das camadas sociais destituídas de bens e direitos fundamentais aos quais o povo tem direito;
- Exige dos trabalhadores sociais um compromisso radical com o nosso povo e, por extensão, com os nossos adolescentes enquanto seres humanos que podem apresentar um grande potencial de ressocialização;
- A percepção de que a educação como prática de liberdade é problematizadora e só pode acontecer no diálogo educador x educando, quando ambos se defrontam diante da opressão e da dominação vinda do opressor e buscam, em comunhão, o encontro para pronunciar e recriar o mundo, a sociedade;
- Propõe um método de ensino x aprendizagem que parte do universo que diz respeito à realidade do homem e suas relações com o bairro, com a cidade, com o Estado, com o país e com o mundo, e, nesse contexto, busca a conquista de seus direitos fundamentais. Em resumo, o método parte da prática social de educandos e educadores, transforma-a para se chegar a uma nova prática social.

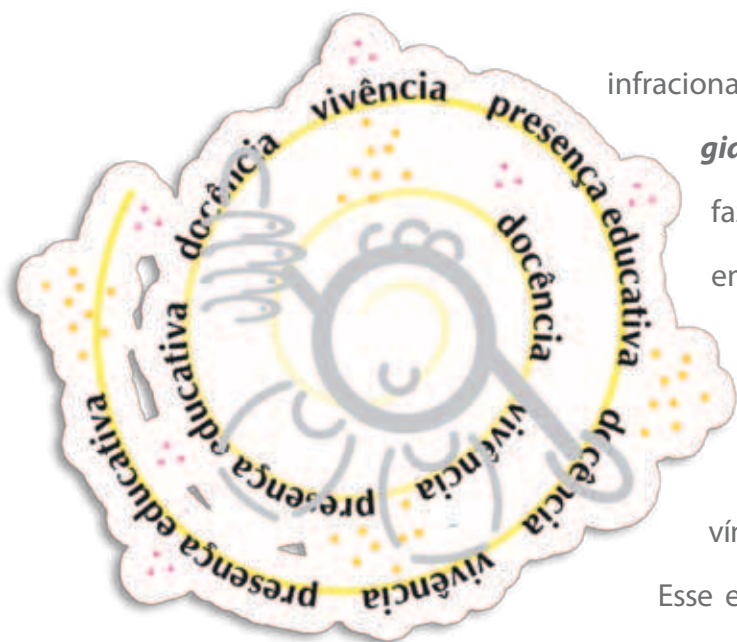
Para o êxito do processo educativo desejado por esse método é fundamental:

- A **Investigação Temática**: quando juntos, educandos e educadores aprendem e apreendem os modos de pensar e agir do povo a que pertencem e que está situado em determinadas condições históricas;
- A **Colaboração**: quando os sujeitos da investigação (educandos e educadores) se encontram para pronunciar o mundo e sua transformação, e decidem o que pode ser transformado;
- A **Adesão**: é a opção dos educandos e educadores para a superação das condições de opressão. É o momento de compromisso em prol da libertação, de sair da aderência;
- A **União**: é o momento em que educandos e educadores, empenhados no esforço de libertação, se apropriam dos núcleos centrais de contradições dos temas geradores e decidem pelos instrumentos que possibilitam o acesso ao conhecimento para pronunciar o mundo e transformá-lo;
- A **Síntese Cultural**: é a codificação da prática social, agora renovada e alterada pela ação cultural pedagógica, o que possibilita uma ação crítica, consciente e libertadora.

Na aplicação do seu método, nos Centros de Socioeducação, são promovidos acontecimentos pedagógicos que possam influenciar a vida dos adolescentes, seja durante sua permanência no centro ou fora dele. A sugestão é que toda a comunidade socioeducativa trabalhe com temas geradores, cuja dinâmica permite envolver todos os educadores e educandos ao mesmo tempo. Os temas geradores são assuntos extraídos da vivência dos educandos e educadores, com forte significado emocional, portanto, motivador para as ações educativas.

ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA

Esse educador com vasta experiência no trabalho com adolescentes autores de ato



infracional, propõe o que denomina de **Pedagogia da Presença**, como instrumento do fazer educativo junto aos adolescentes em conflito com a lei.

A **Pedagogia da Presença**

O autor Hebe Tizio considera que todo vínculo social se assenta sobre um vazio.

Esse espaço, propício para o encontro entre pessoas, torna-se por excelência um espaço para a formação de um vínculo educativo, que se faz sempre novo e diferenciado em cada relação entre educador e educando.

Engana-se o educador que considera que sua oferta ao adolescente seja somente de conteúdos programáticos. A verdadeira oferta que faz é a de se colocar como ponte para superar esse vazio, permitindo-se alcançar a particularidade do sujeito a sua frente, justamente também porque se permite ser alcançado.

Na Pedagogia da Presença, defendida por Antônio Carlos, pode-se dizer que o vínculo é um processo motivado que tem direção e sentido, tratando-se de uma interação de significado profundo e facilitadora de todo o processo. Trata-se de um canal aberto para a aproximação, para o fornecimento de modelos e aprendizagem e para as transformações almejadas pelo processo socioeducativo.

Com a vinculação entre educador e educando, a indiferença deixa de existir e as pessoas vinculadas passam a pensar, a falar, a referir, a lembrar, a identificar, a refle-

tir, a interessar, a complementar, a irritar, a discordar, a admirar, e a sonhar um com o outro ou com o grupo.

Na opinião do autor Antônio Carlos, a ação socioeducativa voltada para o desenvolvimento de competências relacionadas a ser e conviver e para o crescimento do adolescente em direção seu desenvolvimento pessoal e social deverá organizar-se em torno de três práticas básicas: ***a docência, a vivência e, principalmente, a presença educativa.***

Pela docência, conhecimentos de diversas naturezas são didaticamente organizados e transmitidos aos educandos. Pelas vivências instrutivas, através da passagem por atividades estruturantes, o jovem incorpora valores, adquire habilidades e vai assumindo uma nova atitude básica diante da vida. Contudo, sem a presença educativa, isto é, pelo estabelecimento de vínculos humanos de consideração e afeto com pessoas do mundo adulto, que atuam na unidade ou programa, somente a docência e as vivências resultam pouco produtivas no trabalho desenvolvido junto ao educando.

A Pedagogia da Presença, desde que haja vontade sincera de ajuda e disposição interior para tanto, deve ser desenvolvida por parte do educador e entendida como o instrumental metodológico básico da socioeducação. Ao se utilizar da relação educador-educando para a implementação do programa pedagógico, ela abre possibilidades e espaços perenes de aprendizagem.

Essa pedagogia é pautada pela abertura, pela reciprocidade e pelo compromisso dialético entre educador e educando.

A abertura refere-se à disposição do educador em doar-se emocionalmente, aproximar-se ao máximo do educando, de forma calorosa, empática e significativa, buscando uma relação de qualidade.

A reciprocidade é a relação estabelecida com sintonia e participação das duas partes envolvidas. São palavras, gestos, olhares, um bom dia ou um sorriso, atos que melhoram a autoconfiança e a auto-estima do educando.

O compromisso refere-se ao sentimento de responsabilidade, de zelo, cuidado e atenção para com o jovem. É o compromisso do educador apoiar o adolescente no seu projeto de desenvolvimento pessoal e social, ou seja, nas relações consigo mesmo e com o outro.

O educador social que adota esses pressupostos em sua ação cotidiana revela no seu fazer uma boa dose de senso prático com uma apreciável veia teórica. Ele utiliza-se disso para compor uma dialética de proximidade x distanciamento entre educador e educando como base para sustentar o trabalho socioeducativo.

É a partir disso que o profissional que trabalha com o adolescente vai além dos aspectos negativos mostrados pelo educando, como impulsos agressivos, revoltas, inibições, intolerância, alheamento e indiferença com qualquer tipo de norma. O profissional competente reconhece que aí está o pedido de auxílio de alguém que, de forma confusa, se procura e se experimenta num mundo hostil e ininteligível. Por outro lado, também, o educador evita colocar em risco sua ação educativa por meio de manipulações, chantagem afetiva, apego desmesurado, dependência descabida.

Este enfoque da Pedagogia da Presença articula o funcionamento teórico com propostas concretas de organização das atividades práticas, determinando as consequências para o tipo de jovem que se deseja formar.

ENFOQUE	CONSEQUÊNCIAS
Amputação: abordagem correccional e repressiva	Produz dois tipos de pessoas: os submissos e os rebeldes. Os primeiros se despersonalizaram; os segundos adotam uma postura reativa diante de tudo e de todos;
Reposição: práticas assistencialistas quanto aos aspectos materiais e paternalista;	Vê os jovens pelo que eles não têm, pelo que não são capazes, pelo que eles não trazem;
Aquisição: abordagem autocompreensiva, orientada para os aspectos positivos de sua personalidade, do autoconhecimento, auto-estímulo e da autoconfiança.	Os jovens recobram a confiança em si mesmos, se descobrem capazes de lutar e progredir juntamente com os outros.

Trata-se, portanto, de uma pedagogia consciente, dirigida a uma finalidade. Não basta apenas garantir os direitos fundamentais de abrigo, casa, comida, roupa, remédio, ensino formal, profissionalização, esporte, lazer e atividades culturais. Essas garantias são básicas e essenciais; é preciso garantir, também, relações interpessoais positivas. Para isso, torna-se necessário superar os contatos superficiais e efêmeros e as intervenções técnicas puramente objetivas. Só a presença pode romper o isolamento profundo do jovem, sem violar seu universo pessoal.

O professor Antônio Carlos Gomes da Costa explica a necessidade da adoção deste enfoque pelas características que geralmente os adolescentes em conflito com a lei apresentam. Frequentemente, eles anulam as iniciativas e os esforços realizados em seu favor, não reconhecem seus problemas, têm dificuldade em expressar seus sentimentos e sonhos, rebelam-se e mostram-se agressivos com aqueles que estão mais próximos, em uma tentativa de testar o vínculo desenvolvido. Também desanimam com facilidade dos próprios propósitos, e

não raro, se ressentem, caso não haja autenticidade e coerência entre o que o educador diz e faz.

Alguém que passa invisível aos seus familiares, às instituições e políticas públicas, não pode permanecer nesse limbo ao receber uma medida socioeducativa de internação – entende-se a internação como o limite máximo de responsabilização para um adolescente em nosso sistema de justiça. Dar visibilidade ao adolescente e possibilitar que ele próprio conheça aquilo que tem de bom significa responder a uma necessidade premente e íntima do adolescente em conflito com a lei: a de encontrarse consigo mesmo para, então, encontrar-se com os demais. Dessa maneira, o estar presente deve ser uma constante para o desenvolvimento da personalidade e a inserção social do ser humano.

A Pedagogia da Presença exige disponibilidade e cuidado. Não é tarefa fácil desenvolvê-la, mas, definitivamente, é uma tarefa crucial para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. Infelizmente, é na internação que o adolescente recebe um olhar, uma atenção cuidadosa que, muitas vezes, lhe foram negados ao longo de toda sua vida. Esta visão sugere um novo caminho para a educação dos jovens em dificuldade. Ao aceitar e assumir a função educativa, o educador percebe claramente a singularidade de seu lugar e de seu papel na sociedade.

Todos os profissionais de um Centro de Socioeducação trazem consigo a capacidade imanente de estabelecer vínculos e desenvolver uma relação por meio da presença. Assim entendido, todos são agentes de educação: ao mesmo tempo, são os motores que engrenam a ação socioeducativa dirigida ao adolescente e as referências que se devem fazer presentes, adentrando o universo do educando e realizando com ele um novo projeto de vida.

A caminhada do sujeito social – o adolescente como protagonista

O exercício da Pedagogia da Presença se pauta na aceitação da necessidade de participação do adolescente em seu processo socioeducativo. Isso significa pensar o adolescente como protagonista da história que está sendo construída.

Esta concepção implica em trabalhar os acontecimentos educacionais numa perspectiva aberta para o futuro, propiciando aos educandos espaços para, primeiramente, se compreenderem e se aceitarem como são, para, então, irem se transformando naquilo que querem ser.

A ação socioeducativa é desenvolvida no sentido de criar situações que permitam ao adolescente manifestar suas potencialidades, suas capacidades e possibilidades concretas de crescimento pessoal e social. O educador deve privilegiar o desenvolvimento da habilidade de ponderar situações, de analisar problemas, de trabalhar em grupo, de planejar, liderar, tomar decisões, avaliar, ser avaliado, de relacionar-se com outros, de atribuir valor às suas decisões e, o mais importante, saber ser e conviver, resolvendo os conflitos de forma pacífica.

Esta ação não é desenvolvida visando suprir ou compensar carências e necessidades, ou corrigir desvios e divergências. A ação não está focada naquilo que o adolescente não é, não sabe, não pensa, não sente, não faz, não tem. Esta segunda forma de abordar o adolescente tende a incapacitá-lo e invalidá-lo, justificando, por um lado, uma ação assistencial e, por outro, uma intervenção terapêutica e até corretiva e punitiva.

As atividades devem propiciar aos educandos oportunidades de conquistas através de pequenos e sucessivos sucessos, e buscar o fortalecimento de atitudes positivas e o estímulo ao reconhecimento do esforço pessoal como um valor para vida. Neste

processo, é importante desenvolver no educando a capacidade de resistir às adversidades, aproveitando todos os momentos para crescer, para superar-se.

Como essas realizações não acontecem de forma unilateral, é necessário que a instituição esteja devidamente aparelhada e seus agentes preparados para prestar tal ajuda no redirecionamento da trajetória de vida dos adolescentes submetidos às medidas socioeducativas.



2] A Ação Socioeducativa

O que se busca nos Centros de Socioeducação para os adolescentes que lá estão é um processo de construção, ou reconstrução, de projetos de vida reais e possíveis de ser realizados, que alterem suas rotas de vida, desatrelando-os da prática de atos infracionais.

O adolescente que adentra o mundo da criminalidade acredita ter encontrado alguma solução para os problemas que enfrenta, seja de ordem econômica, familiar, social e emocional. Ajudá-lo a superar essa condição exige do Centro de Socioeducação a implementação de uma proposta pedagógica que lhe dê todo o suporte para que descubra novas possibilidades de existir e de encontrar um novo caminho para, gradativamente, resgatar-se como ser-no-mundo e ser-ao-mundo. Assim, paulatinamente, ele poderá elaborar respostas adequadas aos seus problemas, sem ficar em conflito com a lei.

Isso posto, ressalta-se uma postura do Estado de não subjugação à lógica excludente do mercado. O Estado, de fato, deve responsabilizar-se pela garantia e acesso aos direitos individuais fundamentais, como condição para o desenvolvimento integral deste cidadão em condições de ser, pensar, conviver e produzir de maneira crítica, responsável e participativa na sociedade.

A partir desta compreensão do papel do Estado, e com base no resgate teórico do capítulo anterior, a proposta político-pedagógica institucional dos centros defende

uma AÇÃO EDUCATIVA EMANCIPADORA e HUMANIZADORA, que tem como pilares os seguintes pressupostos:

- o espaço para a prática de convivência;
- vinculação afetiva;
- o significado histórico-social do aprendizado;
- o desenvolvimento integral do adolescente.

A convivência em grupos dirigida por um trabalho pedagógico bem estruturado garante, como ensina Makarenko, o sentido e o respeito aos interesses coletivos. Neste formato de trabalho, há uma troca intensa de experiências, por meio de uma interação dialógica contínua. Ao longo deste processo, o adolescente vai gradativamente descentrando-se do “eu” e construindo um significado para o “nós”, a partir dos referenciais ético-pedagógicos que estão postos – respeito, igualdade, tolerância, justiça e paz.

Os referenciais que são oferecidos aos adolescentes pelos grupos com os quais mantiveram vinculação em sua vida progressa, geralmente relacionam-se à violência, ao desrespeito e à lei do mais forte. Eles aprenderam em seus grupos a agir assim. Um novo modo de ser deve, portanto, necessariamente passar por uma construção grupal, em que a própria convivência seja a condutora de um processo de formação de práticas importantes para que o adolescente concretize um novo papel social.



Há que se cuidar para que, no cotidiano, este espaço de convívio entre os educandos e deles com os educadores proporcione o desenvolvimento dessas práticas como o respeito, a empatia, a tolerância, as práticas de comunicação, de análise e resolução de problemas, tomadas de decisões e formas de participação social.

A vinculação educativa é outro pilar da ação socioeducativa que exprime a relação humana com uma finalidade pedagógica. Este fundamento adquire importância frente aos vínculos frágeis e instáveis que boa parte dos adolescentes apresenta com as pessoas e instituições com as quais teve contato em sua vida.

Antônio Carlos Gomes da Costa considera que este vínculo só é possível ser estabelecido pela presença. Por meio dele, abre-se um canal, que permite ao educador e educando se conhecerem e crescerem naquilo que ambos têm de melhor.

O significado histórico social do aprendizado é o ponto de partida e o ponto de chegada, uma vez que a compreensão do mundo parte do conhecimento acumulado decorrente da inserção social do sujeito e amplia-se com novos conhecimentos instrumentalizando-o para uma nova prática social. Assim, o sujeito-social transforma, ao mesmo tempo, a si mesmo e o mundo a sua volta.

A pedagogia defendida por Paulo Freire ensina que se aprende aquilo que possui um significado histórico e social para o indivíduo. À medida que isso acontece, o educando passa a apropriar-se de seu mundo e, com isso, garantir sua autonomia e liberdade, que são justamente a condição de operar no mundo através do conhecimento adquirido.

O aprendizado de quaisquer habilidades ou conteúdos, sejam eles relacionados ao

seu próprio ser, aos conteúdos da escolaridade formal, aos do mundo do trabalho, ou ainda, do exercício de sua participação social devem fazer sentido para o adolescente. Este pressuposto da ação socioeducativa tem extrema relevância, principalmente, porque aponta a direção para a qual o trabalho da unidade deve seguir: primeiramente, para o mundo e para as experiências do adolescente, para, junto com ele, construir novos conhecimentos.

O desenvolvimento integral do adolescente pressupõe um processo de educação em que se toma o indivíduo em todas as suas dimensões, suas características, sua história, seus sonhos, suas potencialidades. Isso significa tratar cada educando em sua singularidade, humanidade e particularidade.

Sob essa perspectiva, devem ser privilegiadas, cotidianamente, atividades artísticas, culturais, religiosas, esportivas, recreativas, criativas-laborais, atendimentos psicológico e social, assistência médica, odontológica.

Todas estas ações são dirigidas ao socioeducando, como práticas decorrentes e complementares do propósito superior e comum: o desenvolvimento integral do adolescente para ser e conviver sem entrar em conflito com a lei.

Parte-se do ponto em que o adolescente se encontra, na sua singularidade, de como ele é, rumo ao que ele quer ser. Busca-se a transformação de indivíduo, para uma pessoa portadora de direitos e deveres e, em seguida, para sujeito sociohistórico, ou seja, senhor de sua própria vida e história.

É, portanto, a partir dos pressupostos acima elencados que a ação socioeducativa se desenvolve, cabendo ainda ressaltar que, ao longo deste processo, há que se cui-

dar de desenvolver junto ao adolescente sua identidade, auto-estima, autoconceito, autoconfiança, visão de futuro, projeto de vida, resiliência e auto-determinação.

Em síntese, o trabalho com o adolescente deve criar um ambiente educativo, atmosfera estimulante, situações estruturantes, um cotidiano organizado e seguro, tendo como foco principal a trajetória particular de cada educando.



2.1 Os Objetivos da Ação Socioeducativa

O adolescente e a promoção de seu desenvolvimento representam a centralidade da proposta educativa, para onde se voltam todos os setores da unidade em suas diferentes abordagens e contribuições.

Cada um dos setores, suas atribuições e especificidades de trabalho, foram apresentados no caderno de "Gestão do Centro de Socioeducação". Aqui, são apresentados os objetivos gerais da ação socioeducativa para todos os que trabalham na unidade. Eles se colocam como horizontes para o trabalho realizado em direção ao desenvolvimento pessoal e social do adolescente, sendo necessário que sejam transformados em planos e ações específicas, conforme as competências e recursos dos setores.

Esses objetivos orientam e direcionam a ação socioeducativa na perspectiva da formação integral do adolescente e da educação interdimensional:

- 1)** Ajudar o adolescente a entrar em contato consigo mesmo, favorecendo:
 - o fortalecimento da auto-estima e autoconceito;
 - o desenvolvimento de habilidades de autoobservação e reflexão;

- a descoberta de suas próprias características, potencialidades e interesses.
- 2)** Incentivar o adolescente a enfrentar suas dificuldades, desenvolvendo capacidade de:
 - resolver situações-problema nas atividades propostas;
 - tomar decisões;
 - utilizar o diálogo como forma de lidar com conflitos e tomar decisões coletivas;
 - persistir em seus esforços de enfrentamento de dificuldades.
 - 3)** Analisar com o adolescente as motivações e conseqüências de seus padrões comportamentais, contemplando também os relacionados à prática do ato infracional.
 - 4)** Buscar a manutenção dos progressos comportamentais do adolescente, oportunizando sua reprodução no maior número de ambientes possíveis.
 - 5)** Despertar e reforçar os valores morais, como o respeito, o valor à vida, a tolerância, a responsabilidade, a igualdade, a justiça e a paz, para que passem a ser referenciais no modo de agir do adolescente.
 - 6)** Estimular o adolescente a realizar uma leitura crítica e autônoma de si mesmo e do mundo a sua volta.
 - 7)** Acompanhar o adolescente em um processo de conscientização de sua história de vida, possibilidades para o futuro e desejo de mudança.
 - 8)** Propor no dia-a-dia da unidade situações e atividades que estimulem e favoreçam:
 - a interação, participação e cooperação em grupo;
 - o respeito pelas diferenças pessoais e a empatia;
 - a conscientização da importância das normas para o convívio social;
 - a responsabilização pelos atos que pratica;
 - a possibilidade de resolução de problemas por meio de uma vivência pacífica;

- a reflexão e o exercício da cidadania pelo adolescente, preparando-o para a vida em uma sociedade democrática.
- 9)** Oferecer condições para que o adolescente possa analisar, e se necessário, construir novas formas de se relacionar com:
- seus familiares, namorada, parceira ou cônjuge;
 - seu grupo de amigos;
 - sua comunidade.
- 10)** Valorizar e/ou ajudar o adolescente a desenvolver:
- a curiosidade e o prazer de aprender;
 - a criatividade e a iniciativa;
 - formas de expressão simbólica e artística;
 - o hábito do estudo autônomo, disciplinado e responsável;
 - a percepção do trabalho como meio de transformação social.
- 11)** Promover atividades específicas dentro e fora da unidade para o desenvolvimento físico, cognitivo, ético, espiritual, estético, afetivo e social, de modo que o adolescente:
- adquira o mínimo de habilidades e conhecimentos para operar no mundo com instrumentalidade para realizar seu projeto de vida;
 - busque alternativas para sobreviver sem entrar em conflito com a lei;
 - valorize suas conquistas e estimule a continuação de seu plano de atendimento;
 - aproveite as oportunidades de experimentar, pouco a pouco, a liberdade responsável.



2.2 Ser Socioeducador

- *“O educador que atua junto a jovens em dificuldade situa-se no fim de uma corrente de omissões e transgressões. Sobre seu trabalho recaem as falhas da família, da sociedade e do Estado. Sua atuação, freqüentemente, é a última linha de defesa pessoal e social do seu educando.” (Costa,2001:17)*

A educação é uma chave, uma chave que abre possibilidades de transformar o homem anônimo, sem rosto, naquele que sabe que pode escolher, que é sujeito participante, da reflexão do mundo e da sua própria história, assumindo a responsabilidade dos seus atos e as mudanças que fizer acontecer.

É necessário, por outro lado, que os educadores desenvolvam a percepção de que o adolescente pode construir novas relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo, a partir de um processo educativo que leva em conta a realidade da população, e da crença de que é possível tomar um rumo novo, mudar o destino, quebrar preconceitos e livrar-se de estereótipos.

É preciso que o educador se distancie, em alguns momentos, para ser espectador da própria prática, para, então, percebê-la com um olhar mais crítico e menos emocional. Em outros momentos, é necessário inserir-se no meio, fazer parte dele, viver sua realidade, solidarizando-se com ela. Solidarizar-se significa colocar à disposição dos jovens todo o saber e bagagem pessoal que possui, buscando, em conjunto, viabilizar ações, novas experiências, maneiras diferentes de ver, perceber, agir e se relacionar com o mundo.

O educador precisa ser um facilitador que ajuda a descobrir caminhos, a pensar

alternativas e a revelar significados. Não age como condutor, pois num processo de condução, o outro é passivo, segue, obedece. No processo de facilitação, o outro participa e se compromete com as decisões.

O educador precisa ter cuidado para resistir à ilusão de que pode dar ao adolescente tudo de que necessita. Para não perder a dimensão da realidade e querer abraçar mais do que pode, é necessário ter clareza da sua identidade, da sua função e do seu papel. Por vezes, é preciso ser firme, fazendo intervenções determinadas e específicas. É preciso ter e colocar limites, sem ser brusco, fazendo uso da palavra, lembrando regras para uma boa convivência e mostrando as conseqüências de sua ação. Isso é possível se souber qual é o seu papel.

Através da compreensão e do conhecimento da realidade de vida do adolescente, o educador pode perceber o sentido e o significado de suas ações e atitudes, passando a demonstrar o respeito, confiança e afeto que desenvolveu pelo jovem. Tal compreensão propicia o vínculo e permite que o compromisso entre educador e adolescente se estabeleça. Esse compromisso é de reciprocidade e empatia, e faz uso do diálogo como um método de trabalho adequado para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente.

Isso significa que os educadores devem estar imersos na experiência histórica e concreta do educando, dando espaços para que, a partir de uma inter-relação dialética de reciprocidade, aos poucos a individualidade desse educando adquira contornos. Nesse processo, o próprio adolescente, juntamente com os educadores que o acompanham, passa a refletir e agir sobre suas dificuldades e possibilidades pessoais, face às diferentes questões específicas de sua situação.

Dessa forma, deve-se criar no dia-a-dia do trabalho dirigido aos educandos oportu-

nidades concretas, acontecimentos estruturadores e estruturantes, que evidenciem a importância das normas e limites e de sentimentos de tolerância, paz e justiça, ou seja, do conjunto de valores éticos e morais sustentáveis socialmente. Só assim, o educando começa a comprometer-se consigo e com os outros.

Essa mudança dentro dos Centros de Socioeducação é operada por meio de instrumentais pedagógicos (estudo de caso, plano personalizado de atendimento e conselho disciplinar). Ela é, também, marcada por fases, que organizam a ação dos setores e dos profissionais que vão proporcionar condições para que o próprio adolescente construa um caminho alternativo no sentido de reorientar suas escolhas e, por conseguinte, o rumo de sua vida.

Papel do socioeducador

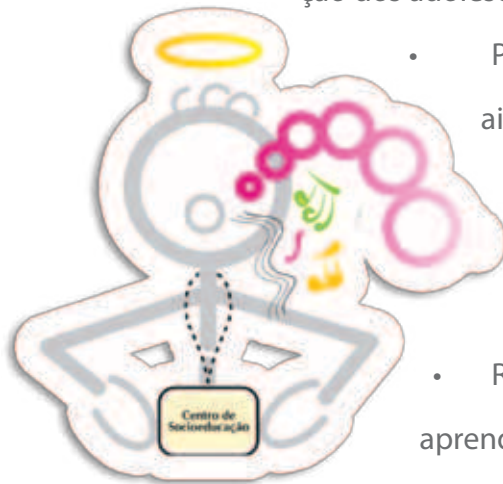
Em síntese, cabe aos profissionais que atuam com o adolescente em conflito com a lei:

- Colocar à disposição dos jovens o saber e a experiência pessoal que acumulou em sua trajetória de vida;



- Ajudar o adolescente a descobrir caminhos, a pensar alternativas e a revelar significados, colocando-se com facilitador desse processo;
- Estimular e apoiar seu desenvolvimento pessoal e social, criando oportunidades para manifestação de suas potencialidades;
- Conhecer e compreender a realidade de vida do adolescente, respeitando e aceitando as diferenças individuais;
- Criar um ambiente de confiança, acolhimento e afeto;

- Conquistar o respeito do adolescente sem recorrer a palavras ofensivas, ironias, sarcasmos, cinismo e desqualificações;
- Propiciar um ambiente favorável à existência do individual dentro do coletivo. Cuidar do bem-estar da coletividade, sem ameaçar a expressão das individualidades;
- Conhecer seus limites e possibilidades, enquanto pessoa e profissional;
- Estabelecer limites, sem ser brusco, fazendo uso da palavra, lembrando regras para uma boa convivência e mostrando as conseqüências de sua ação;
- Fazer intervenções determinadas e específicas; ser firme ou chamar a atenção dos adolescentes, sempre que necessário;



- Perceber e entender a expressão das questões pessoais dos adolescentes sob as mais variadas formas;
- Situar-se no pólo direcionador da relação educador-educando, tendo clareza de sua função e competências;
- Refletir sobre os acontecimentos comuns do dia-a-dia, aprendendo com as próprias vivências e os próprios erros;
- Apoiar o adolescente no seu projeto de desenvolvimento pessoal e social, ou seja, nas relações consigo mesmo e com o outro.
- Restabelecer a autoconfiança do adolescente, restituindo-lhe um valor no qual ele próprio já não acreditava;
- Compreender e acolher os sentimentos, as vivências e as aspirações do adolescente.

3] Fases da Ação Socioeducativa

Nesse capítulo, trataremos das práticas socioeducativas, que se organizam a partir das fases de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, desde o momento de sua entrada no Centro de Socioeducação até o trabalho desenvolvido depois do desligamento, quando se dá sua reinserção sociofamiliar. Essas fases pretendem demarcar os diversos momentos pelos quais passa o adolescente enquanto cumpre sua medida socioeducativa nos Centros de Socioeducação. Elas estruturam o atendimento e organizam as ações dos personagens envolvidos.

Vale lembrar que essas fases não possuem um tempo cronológico definido, principalmente pelo fato de privilegiar o tempo e a participação do adolescente em seu próprio processo socioeducativo. O monitoramento e o desenvolvimento da evolução dessas fases, que será tratada mais adiante, fica a cargo da equipe de referência do adolescente.

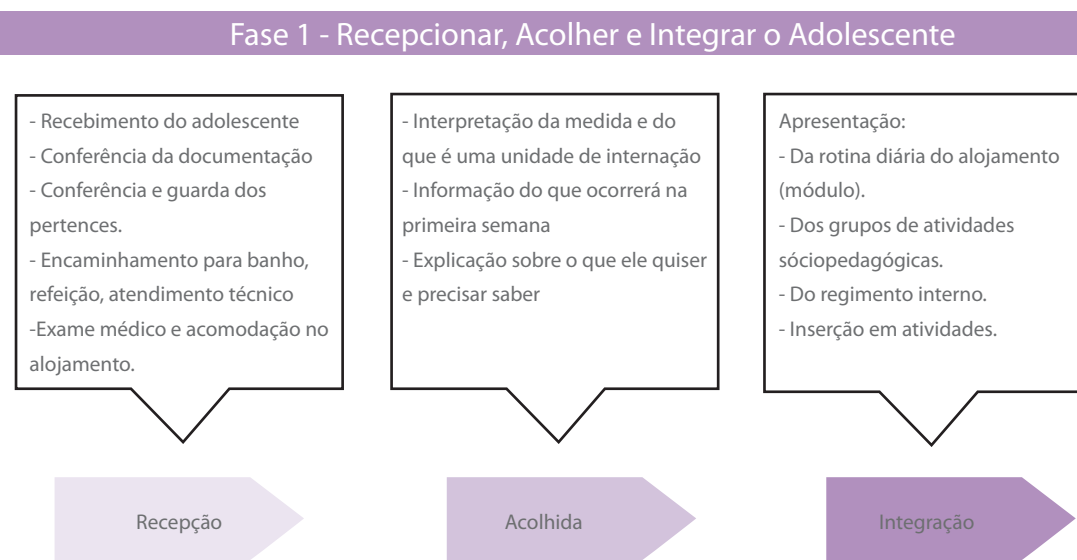
Um outro ponto a ressaltar é o da diferenciação entre a superação ou não das fases nos programas desenvolvidos. A internação, que pode durar de 6 meses a 3 anos, permite o desenvolvimento de todas as fases; o programa de internação provisória, que pode ser cumprida em até 45 dias, possibilita que sejam desenvolvidas apenas as fases iniciais.

Na internação provisória, é mais freqüente que o trabalho avance até a fase 2, da qual resultará o estudo de caso, que é enviado ao Poder Judiciário, com as indicações de encaminhamentos para o prosseguimento do processo socioeducativo, seja no cumprimento de uma medida socioeducativa ou não.

Cabe destacar que o protagonista de todas as fases é o próprio adolescente. É o seu desenvolvimento que dirá para a equipe até onde é possível chegar. O ponto de partida varia, caso a caso, e alguns adolescentes apresentam maior prontidão e capacidade de respostas, face a outros mais resistentes, indiferentes ou mesmo limitados nas suas habilidades e competências pessoais e sociais. De modo que as equipes de trabalho devem estar capacitadas para desenvolver plenamente todas as fases da socioeducação. Isso quer dizer que a equipe do programa de internação provisória deve estar preparada para desenvolver as demais fases, se ocasionalmente isso for preciso.

O desenvolvimento dessas fases está intimamente relacionado à dinâmica de funcionamento do Centro de Socioeducação e às normas e procedimentos já pré-estabelecidos. Os profissionais que trabalham nos Centros de Socioeducação devem, portanto, ter o domínio e o conhecimento deles, de modo a adaptar, harmonicamente, as especificidades de cada caso com a manutenção da ordem e do respeito às normas de funcionamento da instituição.

3.1 Fase 1: Recepcionar, Acolher e Integrar o Adolescente



Para se trabalhar uma nova perspectiva de vida com o adolescente em conflito com a lei é necessário primeiramente acolher este adolescente. Para Antônio Carlos Gomes da Costa, o adolescente em situação de dificuldade modifica seu comportamento, e não o contrário.

Esta primeira fase do atendimento ao adolescente é um momento extremamente importante no processo socioeducativo pois é, em geral, o primeiro contato dele com a unidade de privação de liberdade. Sabemos que esse adolescente possui uma trajetória de vida permeada pela violência e pela exclusão. Nesse sentido a recepção do adolescente na unidade assume um papel relevante para seu desenvolvimento posterior. É importante que a postura do profissional que acolhe o adolescente seja de abertura e continência, buscando, desde logo, a formação de vínculos positivos com o educando. Partimos do princípio de que todos os setores e profissionais ligados ao atendimento direto do jovem, devam estar preparados para acolhê-lo.

A Fase 1 do desenvolvimento do processo socioeducativo se desdobra em três etapas e ações básicas:

3.1.1 Recepção

A recepção constitui-se em um conjunto de procedimentos direcionados para realizar a entrada do adolescente no centro de socioeducação em que cada setor possui atribuições específicas.

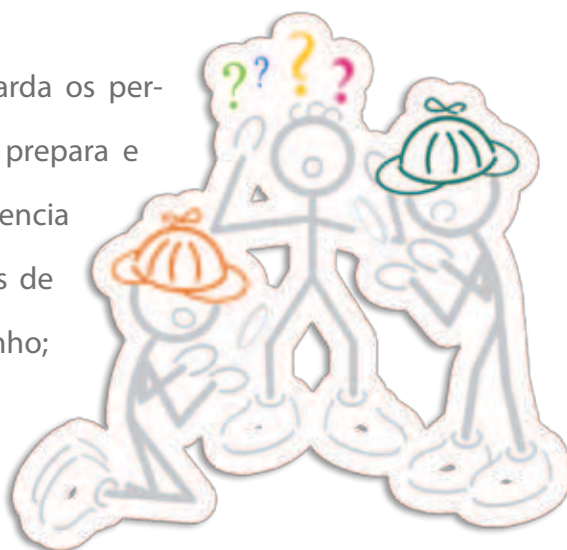
Central de Vagas: entra em contato com a unidade para liberar uma vaga.

Direção: estabelece contatos com a Central de Vagas a fim de processar a entrada do adolescente na unidade e agendar o dia e horário de chegada;

Secretaria Técnica: comunica a todos os setores da unidade sobre a chegada do novo integrante, efetua os devidos registros de entrada, abre o prontuário de atendimento, emite os devidos comunicados de recebimento do adolescente às autoridades judiciárias;

Administração/Setor de logística: guarda os pertences e realiza os devidos registros, prepara e entrega as roupas da unidade, providencia a refeição/lanche, entrega os materiais de higiene pessoal e roupas de cama e banho;

Educadores: orientam o adolescente quanto à higiene pessoal, a troca de



roupas pessoais, a revista pessoal, os próximos acontecimentos do dia e o encaminhamento para o alojamento;

Setor de Psicologia/Serviço Social: situa o adolescente na unidade; presta todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, realiza uma breve entrevista e ou ampara emocionalmente o adolescente; Setor de Saúde: ouve as possíveis queixas, esclarece dúvidas, avalia as condições gerais de saúde;

Setor Pedagógico: apresenta a rotina da unidade, as atividades educacionais, insere-o nos grupos de atividades escolares, culturais, religiosas, esportivas, de lazer e profissionalizantes.

Quando tratar-se de adolescente que foi transferido de outra unidade, todos os setores entram em contato com seus correspondentes para que possam seguir os procedimentos, tratamentos e atendimentos, partindo do estágio que o adolescente se encontrava, evitando-se, assim, recomeçar o atendimento do zero.

3.1.2 Acolhida

A acolhida corresponde a uma etapa que perpassa as demais, iniciando-se no momento da chegada do adolescente à unidade e estendendo-se até sua saída. Não se confunde, portanto, com a recepção, uma vez que a transcende, comportando, em especial, a formação de vínculos positivos entre os agentes da ação socioeducativa (educadores e educandos). Trata-se, portanto, da atitude de acolhimento, que é a base para a criação de vínculos.

No período inicial de acolhimento, o adolescente conhece as normas e rotinas da casa. Paralelamente, inicia-se também um processo de autoconhecimento e conhecimento do adolescente pela equipe por meio de intensivos atendimentos e entre-

vistas. Acolher é papel de toda equipe. Disso decorre que todos os profissionais que entrarem em contato com o adolescente devem ser capazes de sensibilizar-se com este momento difícil, que é o da entrada do adolescente em um estabelecimento de privação de liberdade. O papel do educador é compor a sensibilidade da postura do acolhimento com a disciplina e os limites necessários à permanência do adolescente na unidade.

3.1.3 A integração

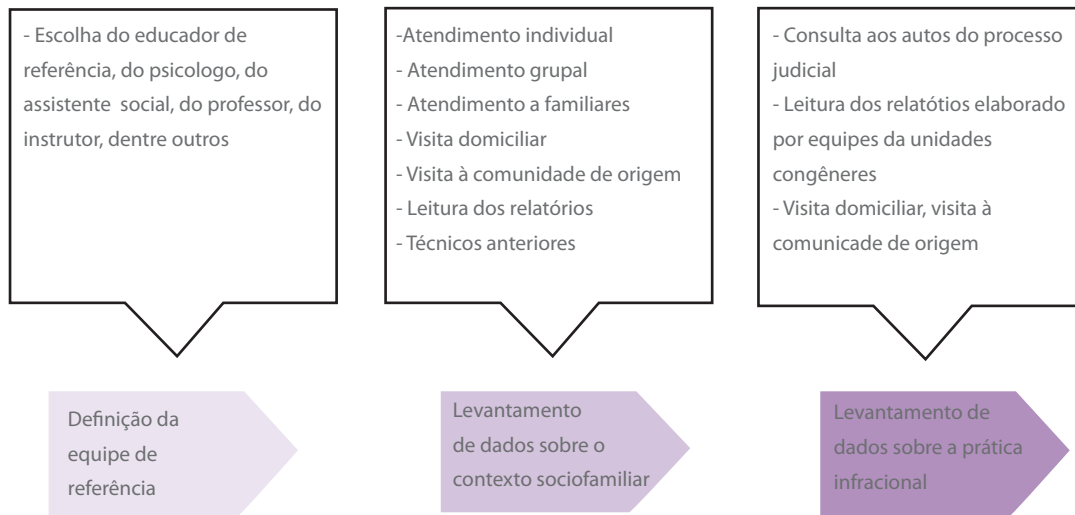
Aos poucos, o adolescente é integrado à rotina em um processo que ocorre gradativamente, sucedendo ao período de inicial de acolhimento. Consiste na tentativa de adaptar o adolescente às rotinas, despertar seu interesse e orientar as suas opções de participação nas atividades. O adolescente recém-chegado é levado a conhecer todas as atividades oferecidas na unidade (escolarização formal, oficinas de produção, atividades desportivas/culturais e recreativas, etc) e o educador deve observar a postura, as reações, o interesse demonstrado, as facilidades e dificuldades, etc. Nesse momento, realizam-se as primeiras avaliações, sondagens e entrevistas.

Quando a unidade apresentar divisões internas, o adolescente deverá ser inserido em uma ala ou alojamento determinados. Isso requer uma análise preliminar por parte da equipe sobre o caso do adolescente para que sua integração seja bem sucedida.

3.2 Fase 2: Realizar o Estudo de Caso

Este é o momento de preparar e realizar o estudo do caso do adolescente – processo extremamente importante, que envolve, em seu desenvolvimento, todos os setores da unidade. Desdobra-se em três etapas principais e nas ações detalhadas pelos diagramas.

Fase 2 - Realizar o Estudo do Caso / Conhecendo o Caso



3.2.1 A definição de equipe de referência

A partir dos contatos e vínculos estabelecidos entre o adolescente e a equipe, começa a ser definida a equipe de referência do adolescente que será responsável pela condução e acompanhamento de seu processo socioeducativo.

3.2.2 A reunião de informações para o estudo de caso

Neste momento, aprofunda-se o conhecimento sobre o adolescente em sua singularidade, através de avaliações psicológica, social, pedagógica, jurídica e de saúde (física e mental).

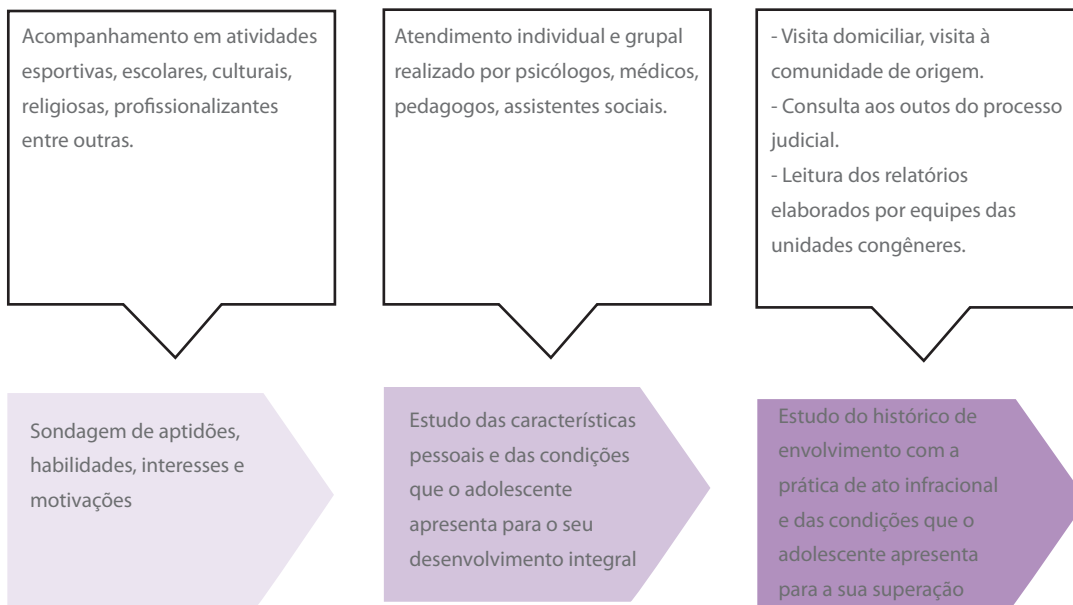
Cada profissional, a partir de seus instrumentais específicos, busca cada vez mais conhecer o adolescente, o que pode ser feito através das seguintes ações:

- Visitas à família e à comarca do adolescente;
- Estudo e análise do processo judicial;
- Avaliações pedagógicas e de saúde;
- atendimentos individuais e em grupos;

- Observações diretas do comportamento do adolescente;
- Entrevistas;
- Sondagem de aptidões e interesses.

3.2.3 Estudo de caso

Fase 2 - Realizar o Estudo de Caso / Aprofundando o Estudo



A partir da reunião destas informações se processa o estudo de caso, cujo detalhamento será tratado no capítulo seguinte.

No estudo de caso serão sistematizadas as informações referentes ao contexto sociofamiliar de origem do adolescente, as circunstâncias da prática do ato infracional, suas aptidões, habilidades, interesses e motivações, suas características pessoais e condições para superação das suas dificuldades.

3.3 Fase 3: Elaborar e Desenvolver o Plano Personalizado do Adolescente

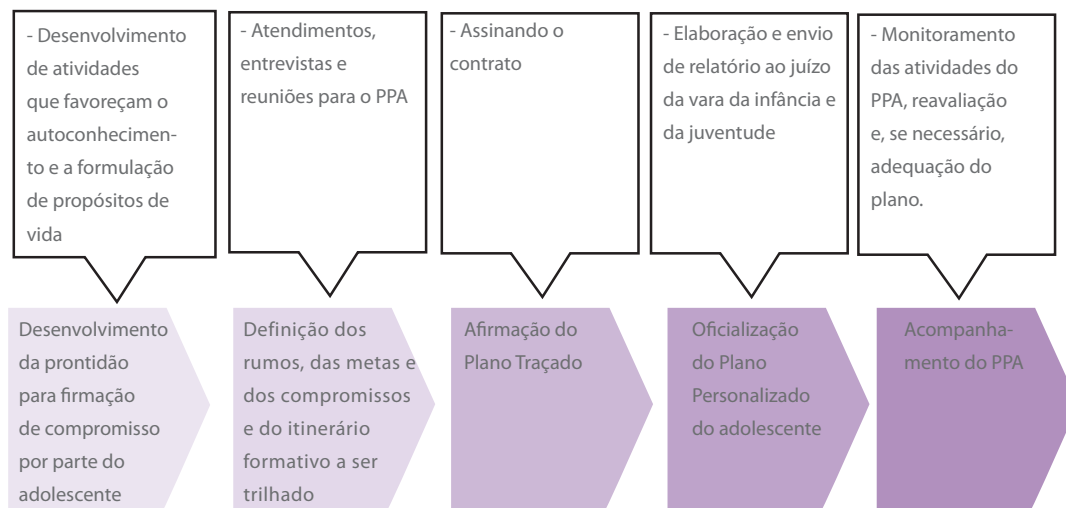
É a fase em que o Plano Personalizado do Adolescente



é

elaborado e realizado. Estamos tratando de um momento especial para a concretização de umas das principais finalidades da proposta socioeducativa – a de que o adolescente efetive, ao longo de seu processo socioeducativo, um projeto de vida voltado para seu desenvolvimento individual e pessoal.

Fase 3 - O Plano Personalizado do Adolescente



A elaboração e o encaminhamento do PPA serão retomados em maior detalhamento no capítulo seguinte.

3.4 Fase 4: Preparar para o Desligamento e a Reinserção Sociofamiliar

Esta fase é o momento em que o adolescente conquistou várias metas de seu PPA e começa a exaurir o trabalho socioeducativo dentro da unidade. Pela demonstração de seu compromisso, autocontrole, autodeterminação e pela conclusão de várias metas estabelecidas, o adolescente entra em uma fase em que deve começar a ser preparado para realizar esta experiência com sucesso em meio aberto.

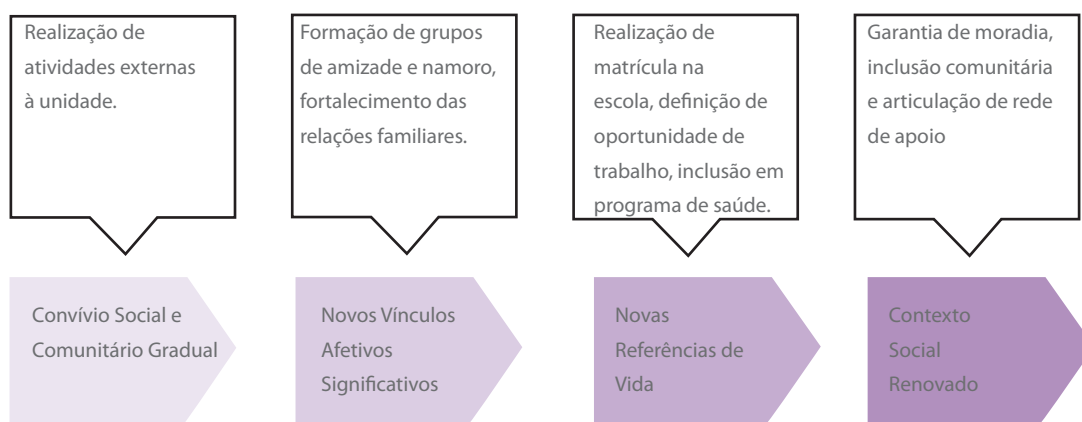
A equipe que acompanha o adolescente deve voltar seu olhar com mais atenção para as condições que o adolescente vivenciará a partir de seu desligamento. É sobre elas que o trabalho passa a se concentrar, seguindo a lógica de potencialização das condi-

ções favoráveis e minimização das condições que prejudicariam o prosseguimento do projeto de vida traçado pelo adolescente.

A articulação com a família, com a comunidade e com a rede de apoio deve ser ainda mais intensificada. Ao mesmo tempo que o adolescente é preparado e se esforça para sair em liberdade por meio do desenvolvimento de um processo socioeducativo bem encaminhado, o meio externo também deve ser intensamente preparado para receber novamente o adolescente.

A importância deste passo está em garantir que o trabalho desenvolvido não seja perdido pela força contrária das antigas companhias, do abuso de substâncias químicas, da negligência familiar, material e afetiva, da falta de oportunidades, do preconceito, da dificuldade de acesso às políticas públicas, etc. Enfim, é impreterível que se trabalhe articuladamente para que aquelas condições que influenciaram o adolescente a cometer atos infracionais sejam superadas.

Fase 4 - Preparar o desligamento e a reinserção sociofamiliar



3.5 Fase 5: Acompanhar a Reinserção Sociofamiliar

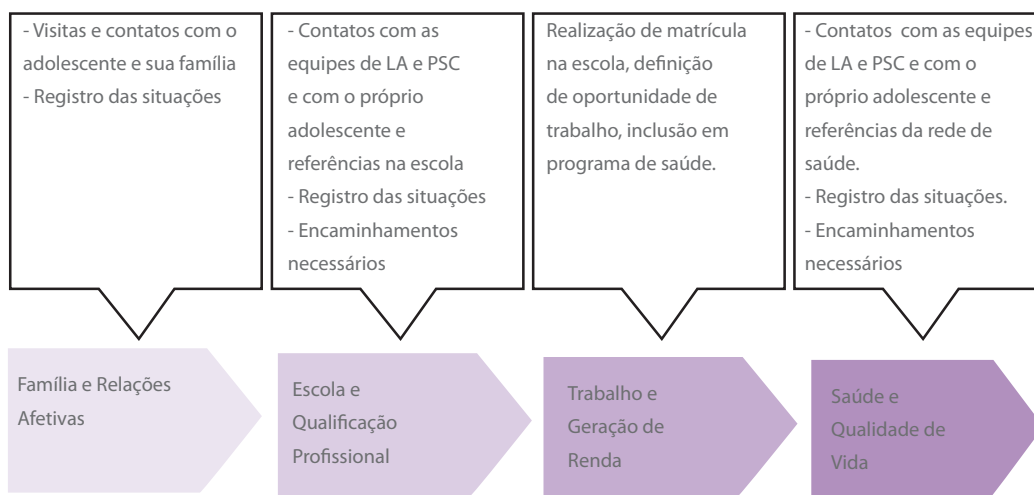
Esta fase refere-se ao acompanhamento de egresso, que é desenvolvido tendo como base o PPA, elaborado durante a internação. Todavia, o PPA deve ser adequa-

do à realidade que o adolescente passa a experimentar ao conquistar a liberdade.

O acompanhamento do egresso deve ser realizado pela equipe do Centro de Socioeducação, em parceria com a rede local, quando não houver programa específico para este atendimento. O mesmo deverá ocorrer quando o adolescente for desligado pelo juiz, sem a aplicação de uma outra medida socioeducativa, como a semiliberdade, liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Este atendimento aos egressos deve monitorar principalmente os aspectos relacionados à família, às relações afetivas, à escolarização, à qualificação profissional e à inserção no mundo do trabalho, além de questões relacionadas à saúde e à qualidade de vida.

Fase 5 - Acompanhar a reinserção sociofamiliar



A prática tem apontado que o acompanhamento do egresso é um desafio, e, ao mesmo tempo, a solução para a diminuição da reincidência em atos infracionais, da perpetuação da situação de exclusão social e até da ocorrência de óbitos de adolescentes ameaçados pelo mundo do crime.

Vale ressaltar que o sucesso do acompanhamento do egresso depende diretamente da existência de uma rede de apoio articulada em cada município e em cada comunidade, que dará sustentação ao processo de inclusão social do adolescente num novo padrão de convívio.

4] Instrumentos Pedagógicos

Até esse momento, discutiu-se sobre a forma de olhar e abordar o adolescente, para onde caminhar e qual o roteiro desse percurso, ao longo de seu processo socioeducativo. A pergunta que se tentará responder, a partir de agora, é a de como realizar esta tarefa. O profissional que trabalha em um Centro de Socioeducação deve conhecer e utilizar os seguintes instrumentais pedagógicos: **estudo de caso, plano personalizado do adolescente (PPA) e conselho disciplinar (CD)**. A partir do caminho que esses instrumentos possibilitam desenhar é que se conduz, no dia-a-dia, a ação socioeducativa junto ao adolescente em conflito com a lei.

Cada setor da unidade aborda um aspecto do atendimento ao adolescente, seja o da alimentação, da segurança, da escolarização, etc. Esses setores funcionam de forma integrada e articulada, mantendo o adolescente como foco do trabalho. Em relação a esse ponto, cabe destacar que o estudo de caso, o PPA e o conselho disciplinar constituem-se, legitimamente, nesses **espaços facilitadores** para a reflexão, discussão e tomadas de decisões. Tudo isso é necessário para se operar o atendimento bem sucedido caso a caso, e, como consequência, garantir o bom andamento da dinâmica de funcionamento do Centro de Socioeducação.

4.1 Estudo de Caso

O foco do estudo de caso é o próprio adolescente, a sua história, as suas características, os afetos e desafetos, os encontros e os desencontros, as rivalidades, os envolvimento na prática de atos infracionais que marcaram sua vida. Todos esses

aspectos se constituem no ponto de partida e no ponto de chegada de todas as ações socioeducativas.

De acordo com o artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, inciso XIII, é obrigação de todas as entidades que desenvolvem programas de internação, **“proceder a estudo social e pessoal de cada caso”**.

O estudo de caso é um método de análise qualitativa usado como meio de organizar dados, preservando o caráter unitário do objeto estudado.

Pode ser descrito como a convergência de informações, de vivências e de trocas de experiências que, partindo da percepção de cada socioeducador, vinculado ao adolescente, conduz a uma compreensão mais clara do mundo subjetivo e objetivo deste, de suas necessidades e potencialidades, tomadas sob o contexto de sua realidade pessoal e social.

O estudo de caso é o compilamento de informações originadas de diversas fontes (sejam elas coletadas dentro da unidade ou no meio externo). Ele resgata a história pessoal do adolescente, que foi construída e configurada a partir das relações que este estabeleceu ao longo de sua vida.

Esse estudo permite que o educador observe, entenda, analise e descreva uma determinada situação real, adquirindo conhecimento e experiência que podem ser úteis na tomada de decisão frente a outras situações. É um método de investigação que implica num grande envolvimento do profissional e que inclui, como etapas, a coleta de informações e o seu processamento.

É um tipo especial de observação, na qual o educador deixa de ser um membro pas-

sivo e pode assumir vários papéis na situação do caso em estudo, participando e influenciando os eventos que estão sendo analisados. Seja colocando limites, atuando na sala de aula, em entrevistas e atendimento psicossocial, ou servindo as refeições, os educadores devem entender que cada oportunidade é significativa para aproximar-se, conhecer e desenvolver uma relação de confiança com este adolescente.

Os dados a serem coletados, além da história pregressa do adolescente, compreendem tudo o que ele faz, sente, verbaliza, gesticula, seu comportamento ao longo do dia e nas diversas oportunidades educativas existentes na unidade. Todos esses aspectos devem ser objeto da constante observação do educador. O processamento das informações se dá a partir da integração de dados provenientes dos diversos profissionais envolvidos no caso do adolescente, cuidando-se para que não haja o enquadramento do adolescente em parâmetros específicos de algumas ciências, reduzindo, assim, as esferas constituintes da vida do adolescente em apenas uma dimensão. É, nesse sentido, que o trabalho se apoia no pressuposto de uma abordagem interdimensional, pois busca compor uma visão integral e integrada do adolescente.

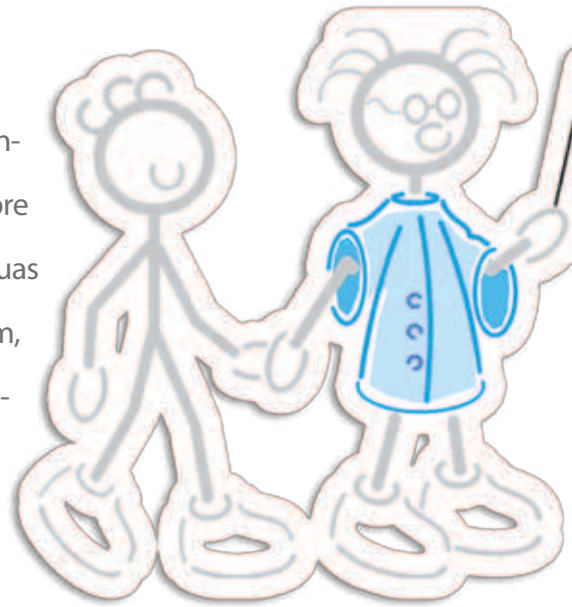
Quais são os objetivos do estudo de caso?

O estudo de caso tem dois objetivos principais:

- a) Na *internação provisória***, objetiva-se levantar e reunir todas as informações possíveis sobre o caso estudado, principalmente em relação aos dados processuais, ao histórico infracional, às circunstâncias relacionadas ao ato infracional praticado, às condições socioeconômicas, familiares, de escolarização e de possibilidades de inserção social. Estes dados devem ser organizados em um relatório para o judiciário e para a próxima equipe (seja de medida socioeducativa, protetiva ou orientação à própria família) que for acompanhar o adolescente, constituindo-se em subsídio para o

prosseguimento do trabalho iniciado.

b) Na internação, o estudo de caso é aprofundado, passando a conter informações sobre as características pessoais do adolescente, suas aptidões, sentimentos, sonhos, ideais. Assim, passa também a ter outro objetivo: o direcionamento das condições que favorecerão um maior aproveitamento da proposta socioeducativa durante o tempo em que o adolescente estiver internado.



Por fim, o processo de discussão que se dá entre o profissional e o adolescente durante a elaboração do estudo de caso possibilita que o adolescente compreenda suas dificuldades e possibilidades pessoais, as limitações da instituição e as condições políticas e sociais da sociedade a qual pertence.

Quem realiza o estudo de caso?

O estudo de caso é realizado por profissionais de todos os setores da unidade, uma vez que em cada espaço e com cada funcionário o adolescente pode revelar um aspecto diferente de si mesmo, comportarse distintamente. Desta maneira, fica mais fácil conhecer o adolescente por inteiro e tornar o estudo de caso menos suscetível a avaliações, interpretações pessoais e projeções individuais.

Cada profissional tem um foco de estudo e contribui com informações relacionadas à sua função. Mas todos, pelo vínculo que desenvolveram com o adolescente, terão muito mais que informações para partilhar do que aquelas de roteiros de entrevistas, relatórios e avaliações, pois terão tido acesso ao ser, ao pensar, ao reagir, à forma

do adolescente se comportar diante de seus olhos.

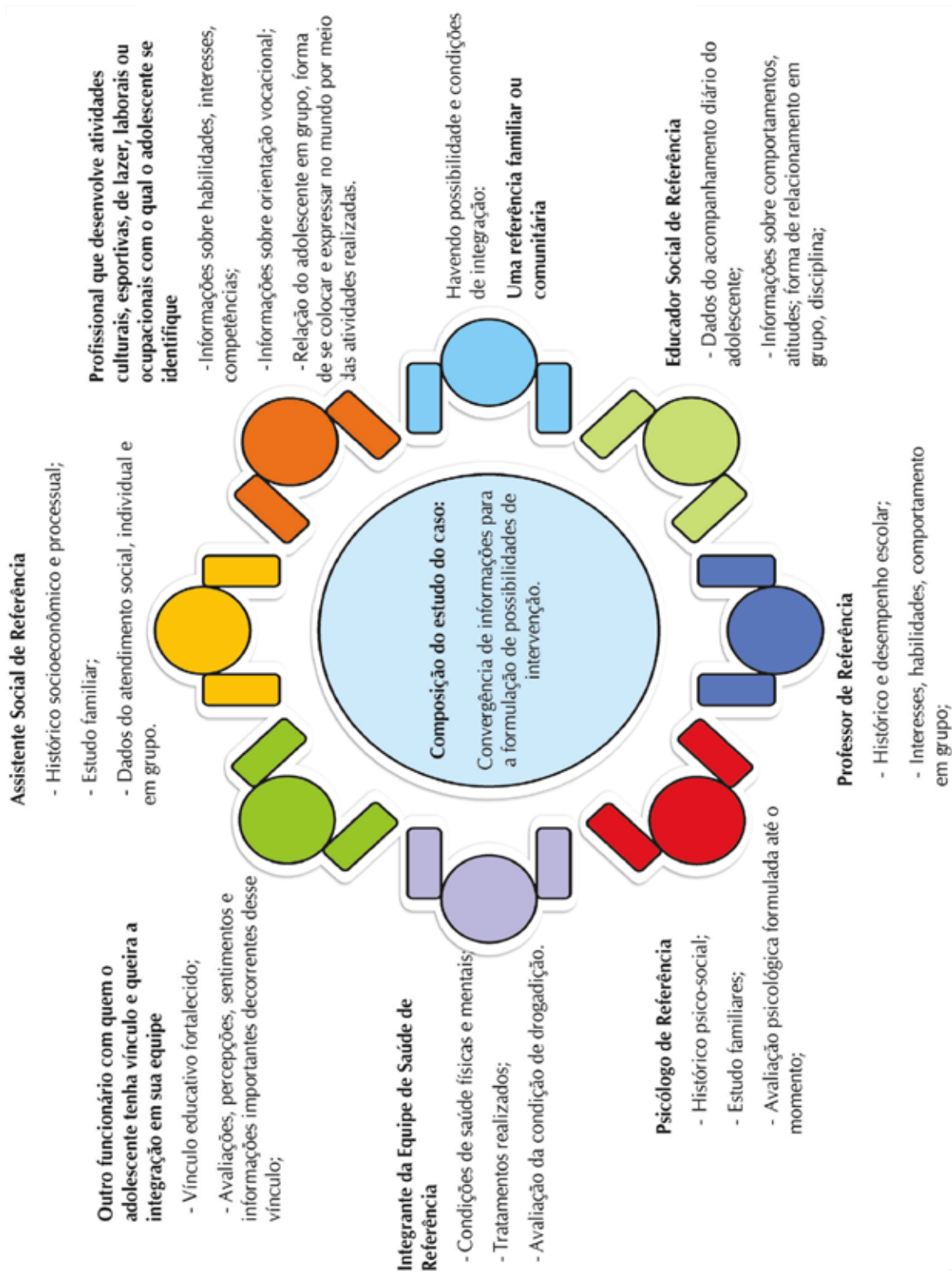
A regra principal para a composição da equipe de estudo de caso é o respeito aos vínculos de afinidade e empatia que profissionais e adolescente desenvolvem, desde o momento da acolhida. Este princípio garante ao adolescente confiança e compromisso com sua **equipe de referência**; ele se sentirá amparado e entendido por estas pessoas.

Em relação a alguns profissionais (em sua maioria, técnicos), muitas vezes, não há condições de esperar o vínculo se fortalecer para dar início ao levantamento de dados. A consequência disso é a determinação aleatória da equipe técnica para o caso. Esses técnicos de referência assumem a realização do estudo de caso. A mudança de técnico só deverá ocorrer se a relação com o adolescente estiver prejudicada.

É aconselhável que o próprio adolescente indique quais pessoas comporão sua equipe, devendo-se somente organizar esta escolha para que alguns profissionais da unidade não fiquem sobrecarregados com muitos casos.

Quando realizar o estudo de caso?

O estudo de caso é um instrumento que pode ser usado a qualquer momento, durante o período de internação do adolescente, porém, existem alguns momentos específicos em que se faz sua realização, aprofundamento ou retomada:



- assim que o adolescente chegar à unidade e os profissionais obtiverem as primeiras informações, **deverá ser realizado** um estudo de caso preliminar, para que a equipe construa uma primeira impressão do adolescente e decida como encaminhar a sua integração à comunidade socioeducativa;
- quando o adolescente passa a ter uma vivência dentro da unidade e a equipe, ao **aprofundar** sua relação com o adolescente, consegue visualizar sua subjetividade, seus sonhos e os possíveis caminhos que podem ser oferecidos a ele. Neste momento, o estudo de caso é realizado pela equipe com a finalidade de introduzir a construção do plano personalizado do adolescente;
- deve **ser retomado** nos momentos em que o adolescente encontrar dificuldades em seu processo socioeducativo ou quando for necessária a revisão do plano personalizado do adolescente.

Como se realiza o estudo de caso?

É necessário que a equipe encontre espaços na rotina diária da unidade para reunir-se e discutir o caso. Nessas reuniões, cada profissional apresenta suas informações sobre o adolescente em questão, dividindo e construindo, conjuntamente, uma nova síntese a partir das análises apresentadas.

Sugere-se que cada componente da equipe traga as informações que são pertinentes a sua área de atuação, podendo, assim, expor com mais propriedade a observação realizada. Vale lembrar novamente que o foco desse trabalho não é a abordagem disciplinar, mas o adolescente, captado em seus mais variados ângulos por cada olhar que sobre ele se debruçou. Com isso, a equipe poderá ver surgir um novo adolescente, para o qual torna-se possível formular alternativas de intervenção adequadas àquela singularidade.

Deve-se evitar o estabelecimento de hierarquia ou a prevalência de um saber sobre outro. Por meio do diálogo, da postura democrática e participativa, busca-se a integração dos encaminhamentos que serão dados ao caso.

As diferenças de opinião sobre o caso são comuns e podem ser benéficas, desde que a equipe saiba aproveitá-las para enriquecer o estudo. Todavia, é importante que se estabeleça um consenso sobre os encaminhamentos a serem dados. Isso é condição para que o trabalho de todos se concentre no mesmo sentido e direção, diminuindo-se, também, a possibilidade de manipulações, caso o adolescente detecte divergências de postura na equipe.

Ao final do estudo, a equipe deve ter um caminho para o caso. Por vezes, o próprio adolescente já aponta alguns; em outras, cabe à equipe ajudá-lo a enxergar quais serão eles. O principal é que se chegue a uma visão o mais abrangente possível dos limites e possibilidades do adolescente. Explicita-se em quais aspectos o adolescente pode melhorar e como fazê-lo. Principalmente, deve-se evidenciar quais são suas qualidades e potencialidades – essas serão sua força nesta caminhada.

Quando o estudo de caso de preparação para o PPA está sendo realizado, é aconselhável que já sejam formuladas algumas propostas com as informações levantadas, para serem avaliadas pelo próprio adolescente. Desse estudo de caso, surge o embrião do PPA e a possibilidade de uma nova trajetória de vida para o adolescente.

Um ponto importante ainda a ser lembrado na realização de um estudo de caso refere-se ao sigilo das informações. Existe um contrato explícito de sigilo sobre as informações discutidas, o qual é fortalecido pelo compromisso tácito que toda a equipe tem com o adolescente. O adolescente deve ser avisado pela equipe que

seu caso será discutido, com intenção de buscar a melhor forma de ajudá-lo. Com o trabalho até então desenvolvido e as relações de confiança bem estabelecidas, o adolescente não colocará resistência a esta reunião porque entende que ela antecede seu plano personalizado e, conseqüentemente, as transformações que deseja operar em sua própria vida.

As informações de foro íntimo sem importância não devem ser publicizadas. Todos os que estão reunidos para o estudo de caso de um adolescente só o estão fazendo porque este os escolheu para confiar e para ter como modelo. Assim, esta equipe é íntima, direta e seguramente responsável pelo processo socioeducativo do adolescente.

Ela deve, portanto, ter clareza do papel que esta responsabilidade lhe traz, atuando com profissionalismo, e, sobretudo, com compromisso e respeito à confiança depositada.

4.2 Plano Personalizado do Adolescente - PPA

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 94, inciso 3º, que dentre as obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação, está o **atendimento personalizado**, em pequenas unidades e grupos reduzidos.

O SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) estabelece o Plano Individual de Atendimento. Ele é semelhante ao que está aqui sendo chamado de PPA, e significa uma importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento de sua medida socioeducativa.

Cabe esclarecer o alvedrio de se ter optado pelo termo **Plano Personalizado do Adolescente** no lugar do **Plano Individual de Atendimento**. O objetivo é o de ga-

rantir a compreensão de cada adolescente enquanto pessoa¹, revestido de uma singularidade particular, que tem um plano construído com ele e para ele. Todas as esferas envolvidas no atendimento ao adolescente (judicial, administrativa, pedagógica, de saúde, segurança, família e comunidade) devem respeitar sempre a idéia de que cada um desses jovens é único, tal como será o desenvolvimento de seu processo socioeducativo. O Plano Personalizado, além de ser apropriado a cada um, deve ser personalizado.

O PPA é definido como o plano de trabalho que dá instrumentalidade para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, respeitando a visão global e plena do ser humano e da educação.

É, também, a possibilidade do adolescente, junto a sua equipe de referência, iniciar a mudança do rumo de sua história, apropriar-se de sua vida e ter a chance de projetá-la desvinculada do mundo da criminalidade. É, ainda, a oportunidade de transformar aspirações e sonhos outrora impossíveis em metas e passos concretos que farão parte de seu dia-a-dia.

Exemplo:

Antes de sua internação, Ricardo, 17 anos, ajudou seu tio na lanchonete, servindo mesas. Ao lembrar desta experiência, recorda que enquanto passava a tarde sentindo o cheiro bom que saía da cozinha, sonhava em aprender a preparar os pratos que eram servidos e se tornar um cozinheiro com condições financeiras de manter uma família. Em seu PPA, esse sonho pôde se transformar, primeiramente em visitas a cozinhas de restaurantes e em alguns en-

1 A palavra “personalizado” remete ao grego “persona” (que significava no teatro grego a máscara, o papel desempenhado pelo ator), do qual deriva “pessoa”, entendida atualmente na psicologia como a síntese de um conjunto de caracteres comportamentais que identificam um indivíduo na sua relação com o mundo.

saios como auxiliar de cozinheiro na própria unidade, e, posteriormente, em um curso profissionalizante de cozinha, o qual foi desempenhado por ele com muita satisfação.

Quem realiza o PPA?

O PPA é elaborado pelo adolescente e por sua equipe de referência. Após o estudo de caso, é realizada uma nova reunião com a inclusão do adolescente. Ele é o personagem principal deste encontro. Esse momento e espaço são seus, pois o maior compromisso que o adolescente assume ao realizar o PPA é consigo mesmo, com a própria vida.

Dependendo da análise que se faz do caso, é possível que outras pessoas participem da reunião do PPA, como a família ou outras pessoas que sejam referências positivas para o adolescente. Essa participação é importante e salutar para o processo socioeducativo do adolescente. Vale lembrar, porém, que a responsabilidade pela condução deste processo é da equipe da Unidade.

Ao participar do PPA de um adolescente, as pessoas envolvidas devem necessariamente, ter a exata noção do papel que estão assumindo. Estar ao lado do adolescente nesta caminhada significa ser responsável por ajudá-lo a superar os obstáculos, comemorar constantemente os passos dados e apoiá-lo no que se fizer necessário.

Quem participa do plano personalizado do adolescente? Quem tem coragem de acreditar e de doar-se como profissional para este trabalho e tem significado para o adolescente.

Quando realizar o PPA?

Desde o ingresso do adolescente na unidade, e por todo seu tempo de permanência, seja em internação ou internação provisória. Ali, inicia-se um trabalho da equipe em direção ao PPA, por meio de uma sensibilização inicial, de modo que ele perceba o momento de sua privação de liberdade como um tempo para pensar em sua vida e em que rumo dar a ela.

Já foi dito que o PPA é um projeto de vida e, portanto, algo muito pessoal. Enquanto proposta de trabalho, ele é oferecido para todos os adolescentes em internação, mas sua realização, e o momento em que se dá, são questões a serem viabilizadas caso a caso.

É comum que os adolescentes queiram realizar o PPA, mas pode ocorrer que alguns não manifestem esse desejo, ou até apresentem-se contrários à realização. Neste caso, o PPA não é elaborado e o adolescente prossegue em sua internação, realizando as atividades socioeducativas básicas e gerais a todos. A equipe, mesmo assim, deve sempre continuar estimulando esse adolescente e buscar alternativas de intervenção que sejam adequadas ao seu caso.

O momento da elaboração do PPA depende do estágio do processo socioeducativo. Não existem prazos determinados, mas em geral ocorre dentro do primeiro trimestre de internação. De acordo com a experiência, três meses, em geral, são suficientes para conhecer o adolescente e para que ele se organize, ainda que de uma maneira inicial, em alguns objetivos para sua vida.

Mas definitivamente, o critério mais importante para se determinar quando realizar o PPA é a demonstração, por parte do adolescente, de uma prontidão para a mudança e para firmar compromissos consigo e com a equipe. Essa manifes-

tação ocorre no tempo individual de cada um, sendo evidenciada através do estudo de caso.

Exemplos:

Rafael foi internado há seis semanas e tem apresentado bom comportamento na unidade desde o início, manifestando o desejo de mudar sua vida. Antes mesmo de sua internação, o adolescente já havia se matriculado em uma escola de informática de seu bairro, pois tem muita vontade de trabalhar com computadores. Nos horários vagos das aulas da unidade, Rafael tem escrito em seu caderno todos os procedimentos de informática que havia aprendido, afirmando que faz isso para não esquecer-los. A avaliação da equipe é de que o adolescente já demonstra prontidão para estabelecer metas para sua vida e ir em busca delas.

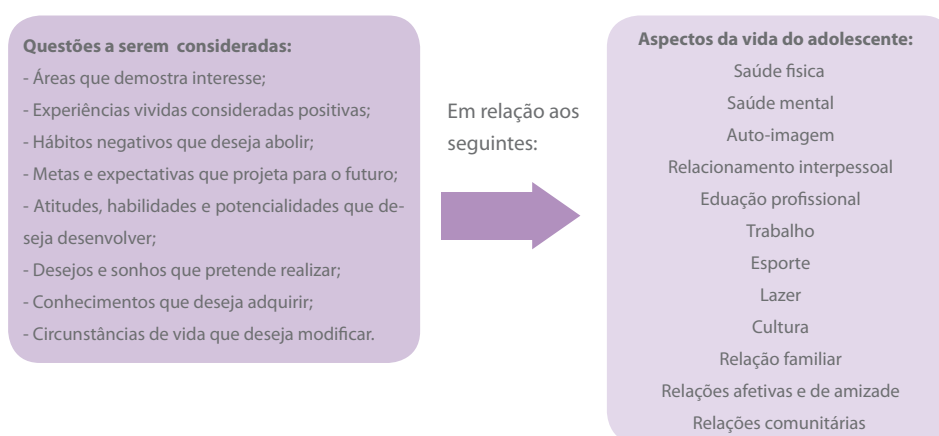
Caio é um adolescente que está internado há 5 meses e que constantemente cometia faltas disciplinares, em sua maioria por agressões verbais e até físicas a educadores. A equipe constantemente incentivou e motivou Caio a mudar seu comportamento para realizar o PPA. Há três semanas, Caio não tem hostilizado os educadores, apesar de ainda receber algumas advertências por faltas de natureza leve. A equipe avalia que a diminuição da intensidade do comportamento agressivo, no caso de Caio, é uma grande conquista que deve ser bem trabalhada, como a oportunidade para realizar o PPA e fazer com que o adolescente continue assumindo compromissos em relação ao autocontrole de seu comportamento, e, com isso outros compromissos em relação a sua vida.

O momento de realização do PPA é uma decisão criteriosa, que influencia o desenvolvimento do processo socioeducativo do adolescente. A equipe deve estar

atenta e sensível aos comportamentos do adolescente, para não antecipar ou atrasar o PPA. Constantemente, devem ser realizadas reuniões de estudo de caso, para avaliação da evolução do adolescente, as quais podem incluir as reflexões e auto-avaliações trazidas pelo próprio adolescente.

O que trabalhar no PPA?

O PPA é o instrumento central da intervenção socioeducativa. A partir de sua elaboração, praticamente, todos os aspectos da vida do adolescente, ainda que na internação, tornam-se a ele vinculados. Isso ocorre porque o PPA contempla metas relacionadas a vários aspectos da vida do adolescente, conforme especificado no diagrama:



Nesse aspecto, o papel do socioeducador é construir junto ao adolescente uma proposta que seja coerente com as suas habilidades, potencialidades e expectativas quanto ao futuro, e estruturar, para cada educando, uma agenda, construída e pactuada com sua participação, com atividades diversificadas que correspondam às suas necessidades e opções específicas.

Em cada composição, o que importa é que o educando seja o protagonista desta história e seja o agente ativo da definição de objetivos para si mesmo. Isso não é tarefa fácil e a equipe deve auxiliar neste processo, interpretando, sugerindo, apon-

tando, organizando questões do adolescente para ele mesmo.

É do processo subjetivo de elaboração do projeto de vida e das considerações realizadas pela equipe no estudo de caso, que surgem as questões que devem integrar o PPA e o seu desdobramento em metas e passos.

As metas referem-se ao alcance de condições, de situações e de ações concretas que possam ser observadas, sentidas, medidas e avaliadas em seus resultados. Num primeiro momento, o adolescente pode escolher pequenas metas, o importante é que elas sejam incorporadas por ele com desejo e responsabilidade.

Tendo-se, então, delineado as metas a serem atingidas, pode-se passar a estabelecer um paralelo entre o que o adolescente é e pretende ser, abstraindo da diferença entre uma e outra condição, as estratégias de ação que se tornam possíveis, conforme ilustra o quadro a seguir, ao apresentar apenas algumas questões que integram o caso do adolescente Ricardo citado anteriormente:

ASPECTOS CONSIDERADOS	ESTUDO DE CASO	SEU PROJETO DE VIDA	ESTRATÉGIAS DE AÇÃO
SAÚDE FÍSICA/MENTAL	<p>Está 25 quilos acima do peso, o que o incomoda e faz sentir-se culpado por comer;</p> <p>Diz que tem dificuldades para enxergar, deixando-o nervoso na escola;</p> <p>Relatou uso eventual de maconha, declarando que não é drogadicto;</p>	<p>Quer emagrecer e melhorar a sua imagem;</p> <p>Não ter mais problemas para enxergar;</p> <p>Nunca mais usar drogas para não ser prejudicado novamente;</p>	<p>Acompanhamento nutricional, envolvendo o aprendizado sobre composição dos alimentos, auxiliando-o em sua futura profissão;</p> <p>Encaminhamento para oftalmologista e provável compra de óculos;</p> <p>Investigar melhor a questão da droga, propor atendimento psicológico e oferecer oficinas e materiais educativos em relação ao uso de drogas;</p>
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL	<p>Uso intenso de gíria;</p> <p>Não costuma cumprimentar as pessoas cordialmente sendo mal interpretado pelos outros;</p>	<p>Com ajuda da equipe concluiu que tem que melhorar seu vocabulário, ser mais cordial e educado para conseguir uma colocação profissional;</p>	<p>Treino de habilidades sociais em todos os ambientes e com todos os profissionais da unidade;</p>
EDUCAÇÃO FORMAL	<p>Está na 7ª série, apresentando dificuldades de leitura, de concentração e disciplina em sala de aula;</p>	<p>Ao considerar seus planos para o futuro, acredita que precisa se dedicar mais aos estudos;</p> <p>Deseja concluir o ensino fundamental em seis meses e depois o ensino médio;</p>	<p>Horários de estudo individual;</p> <p>Avaliação psicopedagógica;</p> <p>Aulas de português e matemática vinculadas a oficinas de culinária;</p>
TRABALHO	<p>Até hoje, só trabalhou de ajudante do tio em uma lanchonete por insistência de sua mãe;</p> <p>É muito dedicado nas coisas que faz;</p>	<p>Deseja trabalhar como cozinheiro para sustentar a si mesmo e ajudar sua mãe;</p> <p>Quer ser respeitado e ganhar bem para comprar uma moto;</p>	<p>Documentação (RG, CPF, e CNTPS)</p> <p>Inserção nas atividades de cozinha da unidade;</p> <p>Encaminhar o adolescente para o curso profissionalizante de culinária;</p> <p>Oficinas de preparação para o trabalho e gerenciamento de renda;</p>
ESPORTE	<p>Relata que não praticava esportes, mas quando jogava futebol brigava com os colegas se perdesse o jogo</p>	<p>Tem interesse de praticar esportes dentro da unidade com o fim de emagrecer e ganhar o campeonato interno de jogos;</p>	<p>Esportes aeróbicos para perda de peso;</p> <p>Estimular jogos cooperativos;</p> <p>Trabalhar, por meio dos jogos, o respeito às regras da unidade;</p> <p>Trabalhar com o adolescente maneiras de lidar com a frustração, alternativas à expressão de raiva;</p> <p>Inserção em práticas esportivas que exigem concentração, paciência e persistência;</p>

CULTURA	Não pensava sobre isso. Comenta sobre algumas vezes que foi ao cinema e adorou. Ficou intrigado em relação a como os filmes são feitos;	Gostaria de conhecer e aprender a respeito de comida diferentes de outros países; Gostaria de saber mais sobre cinema;	Leitura de livros e filmes sobre pratos estrangeiros, aproveitando para ter noções de Geografia e História; Oficina de cinema; Agendamento de visitas a feiras típicas de comidas e filmagem das mesmas pelo adolescente;
LAZER	Gosta de assistir TV e ouvir música;	Além de poder ter mais horários para assistir TV e ouvir música, gostaria de aprender a cantar, pois lembra-se que seu pai (falecido) cantava muito;	Horários especiais para TV e músicas, desde que o adolescente os solicite com educação; Aulas de canto e inserção no coral do grupo religioso da unidade; Possibilitar, em atendimento psicológico, que ele fale sobre sua relação com o pai;
RELAÇÃO FAMILIAR	Morava só com a mãe, não mantinha contato com os demais parentes (só com o tio) Relação de conflito com a mãe; A mãe tem depressão; É muito carinhoso com a mãe;	Gostaria de melhorar a sua relação com a mãe, pois discutiam muito por qualquer coisa; Gostaria de fazer alguma coisa para que a mãe não fosse tão triste; Tem muita vergonha, mas gostaria de pedir desculpas ao tio e trabalhar novamente com ele;	Trabalhar a relação familiar; Encaminhar a mãe para acompanhamento psiquiátrico e psicológico; Convidar a mãe para realizar oficinas de culinária com o filho e aumentar o horário de visitas; Preparar o adolescente para reaproximá-lo do tio;
RELAÇÃO COMUNITÁRIA	Os vizinhos gostam muito da mãe, mas não demonstram boa aceitação da presença de adolescente;	Ricardo diz que não gosta de ser olhado como se fosse um bandido e gostaria de mudar isso;	Experimentar sua inserção em um projeto comunitário de geração de renda como instrutor de fabricação de pães e bolos assim que ele conclua este módulo do curso;
RELAÇÕES AFETIVAS E DE AMIZADES	Suas amigas em geral são com pessoas envolvidas no mundo do crime, mas ainda possui vínculos com alguns colegas da escola;	Diz que não quer dar as costas aos amigos, mas acha que precisa se afastar um pouco;	Fortalecer as antigas amizades de escolas; Auxiliá-lo a analisar os prejuízos que a manutenção das amizades erradas pode causar.

Este é um esboço que mostra de que maneira algumas questões vão ganhando relevância para integrar o PPA, ao passo que também vão formando as estratégias de ação de toda a unidade para o caso específico.

Assim, a organização da unidade passa a ter um formato peculiar – o de haver um **núcleo comum de atividades** básicas para todos os adolescentes (como escolarização, por exemplo), e **atividades socioeducativas que se agregam** de maneira específica para cada caso.



A unidade deve ter flexibilidade para que seja possível compor programas, para casos diferentes, com horários e com atividades diferentes. A organização desse quadro de atividades é de responsabilidade da equipe de referência do adolescente, devendo também haver um coordenador geral que integre todas as atividades de todos os PPAs, em geral o pedagogo da unidade. Para isso, será necessário agrupar adolescentes com interesses comuns, usar os horários livres do adolescente para a inserção de atividades específicas, encontrar espaços na unidade para a realização de algumas atividades, e articular atividades externas, entre outras estratégias para dar efetividade ao PPA.

É importante também estabelecer uma ordem de execução do plano, definir prioridades, coadunar as ações propostas com as normas de funcionamento da unidade e pensar com o adolescente o que poderá ser iniciado e desenvolvido durante o período de internação na unidade. Mesmo que o PPA de um adolescente seja difícil

de ser executado, ele deve ser iniciado, entendendo-se que todos os momentos e espaços são oportunos para o desenvolvimento do educando e o alcance de suas metas. A lógica adotada é a dos “pequenos e sucessivos sucessos”.

Exemplo:

Depois de realizar seu PPA, empenhado em se tornar um cozinheiro, Ricardo estava constantemente envolvido em tarefas que o auxiliariam nesta caminhada. No simples ato de lavar as mãos, desenvolvia o hábito tão necessário da higiene; ao freqüentar as aulas de português, se tornava cada vez melhor na leitura e escrita das receitas e livros relacionados, assim como acontecia com a matemática, que o ajudava cada vez mais com as medidas e proporções. Ajudar na preparação dos alimentos na Unidade fez com que ele melhorasse o relacionamento com os demais, evitando as medidas disciplinares que o atrapalhavam tanto. Pensando em uma colocação profissional, em todas as suas conversas, Ricardo tinha que prestar atenção no vocabulário que usava para evitar as gírias e o modo rude de falar.

Também se dedicou às atividades de artesanato, que, segundo as professoras, o ajudavam a melhorar a coordenação motora e também a paciência e persistência que não eram seu forte. Ainda, nas visitas semanais de sua mãe, pôde recuperar a confiança desta e com isso ganhar forças para continuar seu projeto. Todo dia ao deitar-se para dormir, Ricardo tinha a sensação de que havia feito muitas coisas importantes e renovava seus votos para que no dia seguinte continuasse perseguindo seus sonhos.

Como se elabora o PPA?

Após o estudo de caso e a decisão de se realizar o PPA, o adolescente participa de uma reunião com a equipe de referência, na qual ele se manifesta em relação a seus interesses, seus talentos, sonhos e objetivos de vida. Enquanto isso, a equipe vai

auxiliando o adolescente nesta fala, registrando os pontos importantes e buscando alternativas e propostas para a realidade que vai se apresentando.

Ao longo da reunião, as contribuições de todos vão dando forma ao PPA e, ao seu final, um mediador apresenta a síntese da proposta de uma maneira bem clara e acessível ao adolescente, confirmando com ele se são aqueles pontos que ele quer que integrem seu PPA.

O adolescente freqüentemente sente-se tímido neste encontro, sendo importante estabelecer-se um clima de descontração. Em geral, a reunião transcorre de modo amistoso, já que o momento, em si, significa a conquista do adolescente de ter chegado até aquele ponto. Em razão disso, a equipe deve estar animada e demonstrar satisfação.

Nesta reunião, também são definidos os papéis e contribuições de cada um que ali está para a execução do plano. São estabelecidas as competências de cada membro da equipe, ficando definido quem vai organizar ou buscar os meios para a realização de cada meta do PPA elaborado. Somente assim ele se torna viável e possível de ser concretizado.

A partir da reunião de elaboração do PPA, produz-se um texto bem detalhado, evidenciando, principalmente, as metas e objetivos do adolescente e os compromissos que ele está assumindo para atingi-las (inclusive aqueles relacionados à disciplina e ao respeito às normas da unidade), bem como os compromissos da equipe para a viabilização daquele plano. Com isso, tem-se um **contrato** entre adolescente e equipe, que deve ser assinado por todos como demonstração da força e da importância dos compromissos assumidos.

É aconselhável que o contrato do PPA seja enviado ao Poder Judiciário, juntamente com uma carta de apresentação escrita pelo adolescente com ajuda da equipe. É importante que o juiz tome ciência do PPA que está sendo desenvolvido, para que possa acompanhar a execução da medida socioeducativa aplicada. Assim, quando o relatório do adolescente é enviado, apresentando os resultados da execução do PPA e a sugestão de encaminhamento da equipe, o juiz já está familiarizado com o desenvolvimento que o processo socioeducativo do adolescente tomou, e, consequentemente, terá mais elementos para proferir sua decisão.

Como se realiza o desenvolvimento do PPA?

Cabe à unidade, de sua parte, adotar as medidas para promover o acesso às condições necessárias à consecução das metas do adolescente. As atividades devem propiciar os conteúdos e os instrumentos requeridos, bem como orientar os passos em direção às metas. Para tanto, deve-se congregiar os esforços e recursos, tanto internos quanto externos à unidade. Se necessários, e na medida do possível, devem ser contratados serviços especializados.

Cabe ao adolescente, de sua parte, participar ativamente de seu processo educativo, empenhando-se em adquirir as condições necessárias à consecução das metas que traçou para si mesmo. Aprendendo a gostar de si mesmo e a buscar o seu bem-estar físico, mental e emocional, passa também a aprender a dar o melhor de si e a receber o melhor dos outros. São as pequenas e sucessivas realizações nas atividades das quais participa, e nas relações interpessoais que estabelece cotidianamente, que o adolescente tem oportunidade de, passo a passo, ir se descobrindo e reelaborando sua auto-imagem e auto-estima.

Cabe à família, aqui entendida como a biológica ou ampliada, com quem o adolescente possui vínculo afetivo, ser parceira e interlocutora no processo socioeducativo, contratado no PPA, garantindo a reinserção do adolescente no convívio familiar e comunitário e reassumindo sua função educativa/ protetora.

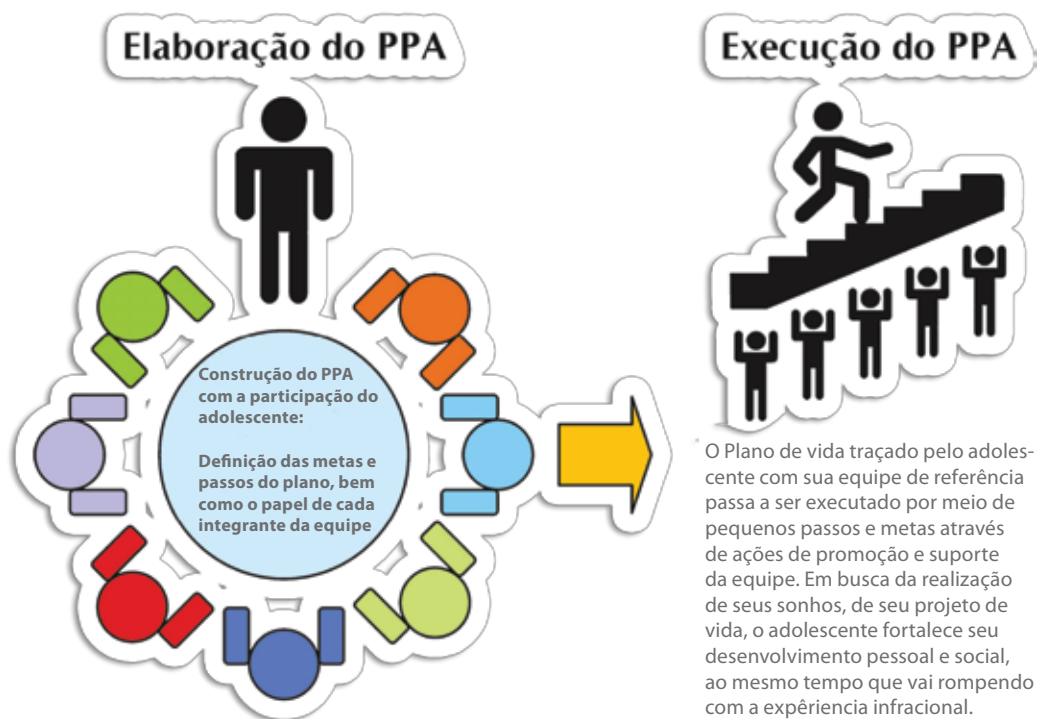
O desenvolvimento do PPA requer que a equipe continue um trabalho de integração das informações e observações sobre o encaminhamento do processo socioeducativo do adolescente. Este acompanhamento consiste em:

- a)** observar e documentar os avanços e retrocessos, facilidades e dificuldades, sucessos e insucessos apresentados pelo adolescente, face ao previsto no PPA;
- b)** estimular, facilitar e apoiar o adolescente em suas atividades;
- c)** indicar e fomentar ações voltadas ao aprimoramento do atendimento prestado;
- d)** facilitar e incentivar a comunicação entre as partes envolvidas no processo educacional;
- e)** articular as ações desenvolvidas nas diferentes atividades na unidade em função do previsto no PPA dos educandos.

O acompanhamento do PPA deve se processar diariamente nas salas de aula nas oficinas, no refeitório, nas quadras esportivas, etc. Não se trata de uma observação fria e distante como de quem vigia, controla e examina. Pelo contrário, é uma ação que se processa de forma compartilhada, participante e interativa. Ao mesmo tempo que observa, intervém, orientando, ouvindo, esclarecendo, estimulando e apoiando.

O PPA pode e deve ser alterado de acordo com o envolvimento apresentado pelo educando. Estas alterações poderão ser feitas nas reuniões de acompa-

nhamento ou quando, após avaliação conjunta entre educadores, responsáveis e educando, concluir-se pela necessidade de redefinição ou introdução de novas metas.



O Plano de vida traçado pelo adolescente com sua equipe de referência passa a ser executado por meio de pequenos passos e metas através de ações de promoção e suporte da equipe. Em busca da realização de seus sonhos, de seu projeto de vida, o adolescente fortalece seu desenvolvimento pessoal e social, ao mesmo tempo que vai rompendo com a experiência infracional.

4.3 Conselho Disciplinar

O conselho disciplinar constitui-se em um dos instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento do adolescente no Centro de Socioeducação, porque coloca o limite, a norma e a disciplina a serviço da emancipação do educando. O foco das medidas propostas pelo conselho disciplinar não é a punição e o castigo, mas sim a responsabilização e conscientização do adolescente das consequências e repercussões dos seus atos.

A utilização desse instrumento significa uma forma de concretização do modelo democrático de gestão da unidade, sob o suporte da proposta metodológica da socioeducação. Com a formação do conselho disciplinar, o manejo dos limites e

regras passa a ser exercido mediante a observância de conceitos e práticas congruentes com os princípios socioeducativos da Pedagogia da Presença. Dessa forma, no trato dos comportamentos transgressores são adotadas ações socioeducativas que demonstram, ao mesmo tempo, controle dos comportamentos e o apoio ao adolescente.

Seguindo essa linha de pensamento, a metodologia do conselho disciplinar atende a alguns princípios da Janela de Disciplina Social, uma experiência inicialmente adotada no âmbito da justiça restaurativa, para resolução de conflitos judiciais, a qual pode contribuir para orientar o exercício da autoridade dos agentes da socioeducação sobre os adolescentes.

O modelo da Janela de Disciplina Social estabelece quatro tipos de autoridade, de acordo com as combinações dos contínuos controle e apoio. São elas: punitiva, permissiva, negligente e restaurativa.

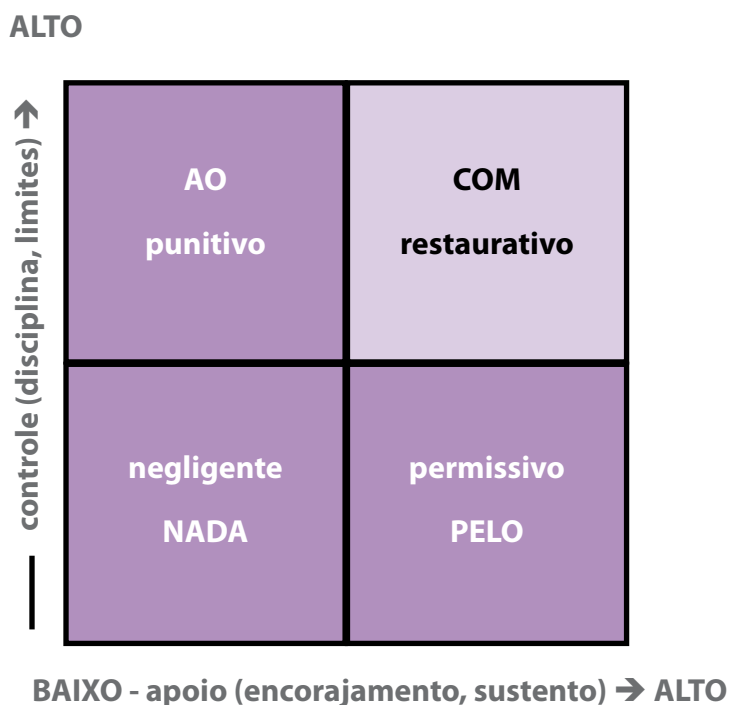
Segundo seus autores, Wachtel & McCold, os efeitos das diferentes abordagens podem ser descritos da seguinte forma:

A abordagem punitiva, com alto controle e baixo apoio, também chamada de “retributiva”, tende a estigmatizar as pessoas, rotulando-as, indelevelmente, de forma negativa.

A abordagem permissiva, com baixo controle e alto apoio, também chamada de “reabilitadora”, tende a proteger as pessoas das conseqüências de suas ações erradas.

A abordagem negligente, com baixo controle e baixo apoio, é caracterizada pela indiferença e passividade.

A abordagem restaurativa, com alto controle e alto apoio, confronta e desaprova as transgressões, afirmando o valor intrínseco do transgressor; é também reintegradora e permite que o transgressor repare os danos e não seja mais visto como tal.



Quatro palavras descrevem resumidamente as abordagens: **NADA**, **PELO**, **AO** e **COM**. Se negligente, **NADA** faz em resposta a uma transgressão. Se permissiva, tudo faz **PELO** (por o) transgressor, pedindo pouco em troca e criando desculpas para as transgressões. Se punitiva, as respostas são reações **AO** transgressor, punindo e reprovando, mas permitindo pouco envolvimento ponderado e ativo do mesmo. Se restaurativa, a ação desenvolve-se **COM** o transgressor e outras pessoas prejudicadas, encorajando um envolvimento consciente e ativo do transgressor, convidando outros lesados pela transgressão a participarem diretamente do processo de reparação e prestação de contas. O engajamento cooperativo é elemento essencial da justiça restaurativa.

(Em Busca de um Paradigma: Uma Teoria de Justiça Restaurativa - Paul McCold e Ted Wachtel International Institute for Restorative Practices. Trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Criminologia, 10-15 Agosto de 2003, Rio de Janeiro.)

Portanto, é no **espaço educativo do alto controle e alto apoio que o indivíduo conquista sua autonomia**. E, ao tomar o modelo da **Janela de Disciplina Social** como referência, o conselho disciplinar pretende dar operacionalidade a essa resultante restaurativa, por meio de posturas e procedimentos que serão discutidos em seguida.

O que é o conselho disciplinar?

No Centro de Socioeducação, há um conjunto de normas de convivência que regem as relações entre seus membros. Considera-se a observância dessas normas parte do processo socioeducativo, que vincula o conceito de disciplina ao desenvolvimento de atitudes e valores relacionados ao respeito ao grupo, à responsabilidade, ao sentido do dever, da tolerância, da solidariedade e da cultura da paz.

O conselho disciplinar é um órgão deliberativo sobre questões de organização e manutenção da segurança e do bom andamento da unidade. Ele permite o desenvolvimento da ação socioeducativa, contribuindo para o processo de crescimento pessoal do adolescente. Nas reuniões do conselho, em geral, são discutidos, analisados e decididos assuntos relacionados às medidas disciplinares; integração dos adolescentes em ala de convivência; transferências de ala e de unidade; atividades especiais na unidade; atividades externas; alterações ou criação de normas e procedimentos; e ainda, assuntos relacionados a conduta,

e avaliação da própria equipe, bem como estrutura e organização da unidade.

Em suma, o conselho disciplinar tem por função:

- controlar comportamentos que transgridam as normas de convivência;
- constituir-se em um sistema de inteligência permanente para a prevenção de conflitos e crises, bem como para o manejo do pós-crise;
- articular a segurança e a proposta pedagógica da unidade, e, nos casos específicos, buscar a adequação entre a medida deliberada e sua contribuição e o processo socioeducativo daquele adolescente em questão.

Este último aspecto merece destaque, por se entender que no trabalho socioeducativo não deve haver cisão entre os aspectos disciplinares e os sociopedagógicos. Ao contrário, mesmo as medidas disciplinares aplicáveis diante das faltas cometidas pelos adolescentes não podem ser entendidas somente como mera punição, mas devem, necessariamente, garantir um caráter pedagógico que trabalhe os conteúdos de responsabilização, auto-controle e desejo de superação da dificuldade enfrentada.

O conselho deve se concretizar no dia-a-dia da unidade como o espaço de envolvimento, contribuição e troca entre os integrantes da equipe, na busca de alternativas para a solução dos problemas que se colocam. Isso permite que a tomada de decisões seja pautada por:

- visão integrada dos setores e dos respectivos profissionais;
- integração e fidedignidade das informações;
- alinhamento e fortalecimento da equipe nas deliberações consensuadas;
- ponderações sobre as motivações e conseqüências da decisão a ser tomada;
- transparência, objetividade e parcimônia nas discussões.

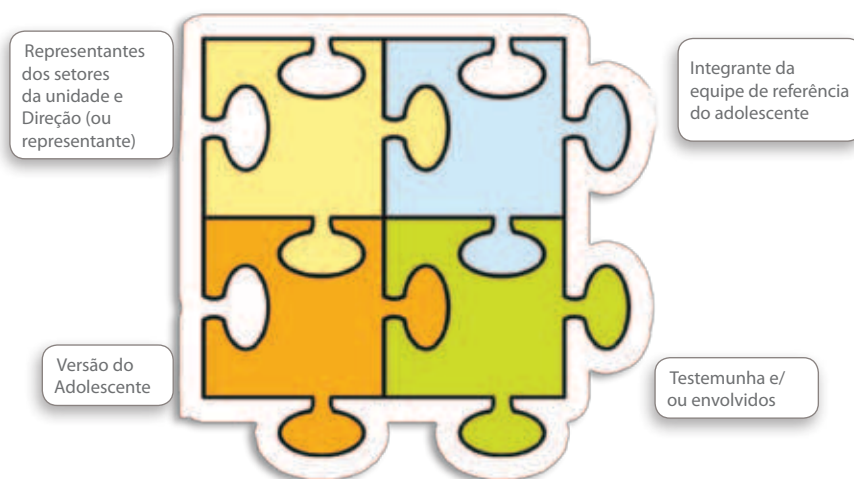
Quem integra o conselho disciplinar?

Um dos princípios fundamentais do conselho é a participação democrática, por meio da prática dialógica. Em outras palavras, isso significa a abertura e o exercício democrático de poder dentro da unidade.

A partir desta compreensão, o conselho disciplinar é composto por representantes de todos os setores da unidade, com a participação da direção ou seu representante. A esta conformação, soma-se, ainda, pelo menos, um representante da equipe de referência do adolescente, cujo caso está sendo avaliado, e, se possível, funcionários que sejam testemunhas ou estejam envolvidos na ocorrência.

É importante que o adolescente seja ouvido em atendimento técnico, para que sua versão da ocorrência seja considerada na discussão do conselho.

A observância da composição do conselho disciplinar visa garantir maior parcimônia e adequação da medida, pois somente em grupo e com o domínio do maior número de informações possíveis é que tornase viável a adoção de decisões equilibradas e justas.



Como se realiza o conselho disciplinar?

Cabe esclarecer que as deliberações do conselho devem respeitar a gravidade do fato, suas circunstâncias e o processo socioeducativo do adolescente, seguindo a lógica da personalização para cada caso avaliado. As faltas disciplinares e as possíveis sanções não serão tratadas aqui, pois estão descritas no Caderno de Socioeducação “Rotinas de Segurança” e serão detalhadas nos regimentos internos da unidade.

Toda conduta que se revele inadequada à proposta de uma ação socioeducativa, ou contrária às normas estabelecidas pela instituição, acarretará na aplicação de sanções disciplinares, correspondentes e gradativas à gravidade do fato e ao momento em que o educando se encontra.

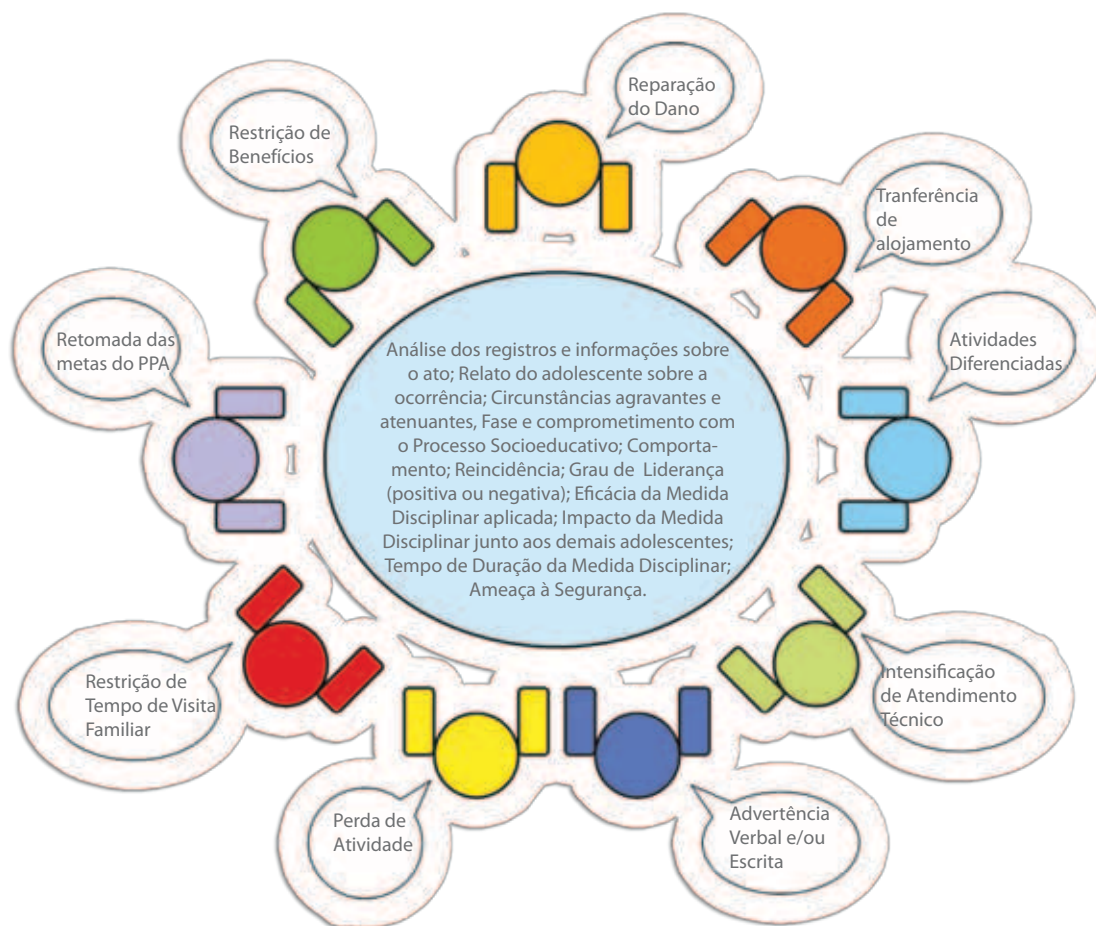
É necessário manter sempre em foco a finalidade e os objetivos da aplicação das medidas disciplinares, já que, o que se pretende neste caso é o entendimento e a aceitação por parte do educando de um novo meio de relacionar-se e não meramente um modo de punição por uma norma desacatada.

O conselho disciplinar detém a competência para aplicação de quaisquer medidas disciplinares, independentemente da gravidade do ato cometido pelo adolescente. Entretanto, ele deverá apreciar e decidir, preferencialmente, os casos que envolvam as faltas disciplinares de natureza grave ou gravíssima. O foco para a aplicação das medidas disciplinares não está contido apenas na penalidade cometida, mas sim na história educando e no momento socioeducacional por qual passa.

Esse caráter educativo deve orientar a análise de qualquer tipo de falta cometida pelo adolescente, mesmo aquelas que não sejam da responsabilidade do conselho, como as faltas leves e medianas.

O que se pretende é que o adolescente entenda que sua conduta foi inadequada e que irá lhe trazer conseqüências. Tendo definido este parâmetro, fica evidente o entendimento de que as sanções impostas não são relacionadas apenas a um determinado tipo de infração. Por isso é que para um mesmo tipo de falta cometida, poderão incorrer em sanções diferenciadas, de acordo com a necessidade que a situação exigir.





Exemplo:

Leandro, um adolescente que está há 2 anos internado, soube, durante o atendimento técnico, da manutenção de sua medida socioeducativa de internação pelo juiz. Ao voltar para o alojamento, agride verbalmente o educador, destrói seu colchão e suas roupas, quebrando também parte do alojamento. O educador presente na situação informa a Leandro que ele permanecerá no alojamento até que o Conselho Disciplinar avalie qual será a medida para as faltas cometidas. No Conselho Disciplinar, a equipe lê o registro da ocorrência e ouve o relato dos educadores pre-

sentas na situação, bem como o relato da versão de Leandro, transmitida pelo seu técnico de referência. A equipe discutiu, avaliou e ponderou que Leandro estava em um bom processo de melhora de comportamento, e que a situação ocorrida estava vinculada com a notícia recebida sobre seu relatório. Nesse caso, o Conselho Disciplinar decidiu que Leandro deveria ficar dois dias em restrição de atividades, e que deveria reparar os danos provocados. Também foi acionada sua equipe de referência do PPA, para que realizasse um trabalho de apoio e reflexão com Leandro, considerando aquele momento difícil pelo qual ele estava passando dentro da unidade.



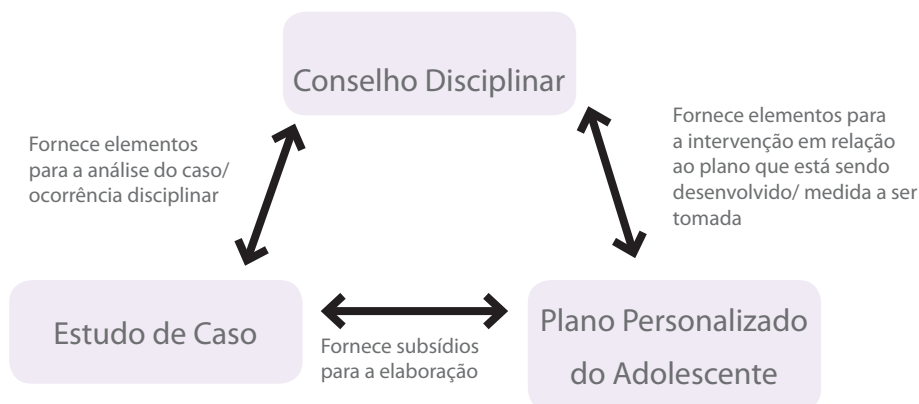
5] Integração dos Instrumentos no Processo Socioeducativo

O conselho disciplinar coloca-se, portanto, como um instrumento fundamental de articulação do processo socioeducativo de cada adolescente com a dinâmica cotidiana do aprendizado coletivo da disciplina. Esse papel do conselho disciplinar concretiza um espaço de troca de informações e de tomada participativa de decisões, em que a dimensão da segurança e da ação socioeducativa se encontram de maneira convergente e intercomplementar.

Por esse encontro, a equipe passa a ter a possibilidade concreta de, no dia-a-dia, trabalhar a segurança pedagogicamente, assim como garantir o desenvolvimento da proposta socioeducativa, mantendo a disciplina e a segurança necessárias.

O importante é manter os canais de intercâmbio abertos entre os instrumentos pedagógicos apresentados aqui. O estudo de caso permite conhecer o adolescente em suas dificuldades e possibilidades de vida, e, assim, subsidia a elaboração do plano personalizado, que projeta e concretiza o redirecionamento da trajetória de vida do educando. O conselho disciplinar, por sua vez, se coloca em um dos pólos dessa relação, mantendo contato com os dois instrumentos anteriores, como apresenta a figura a seguir.

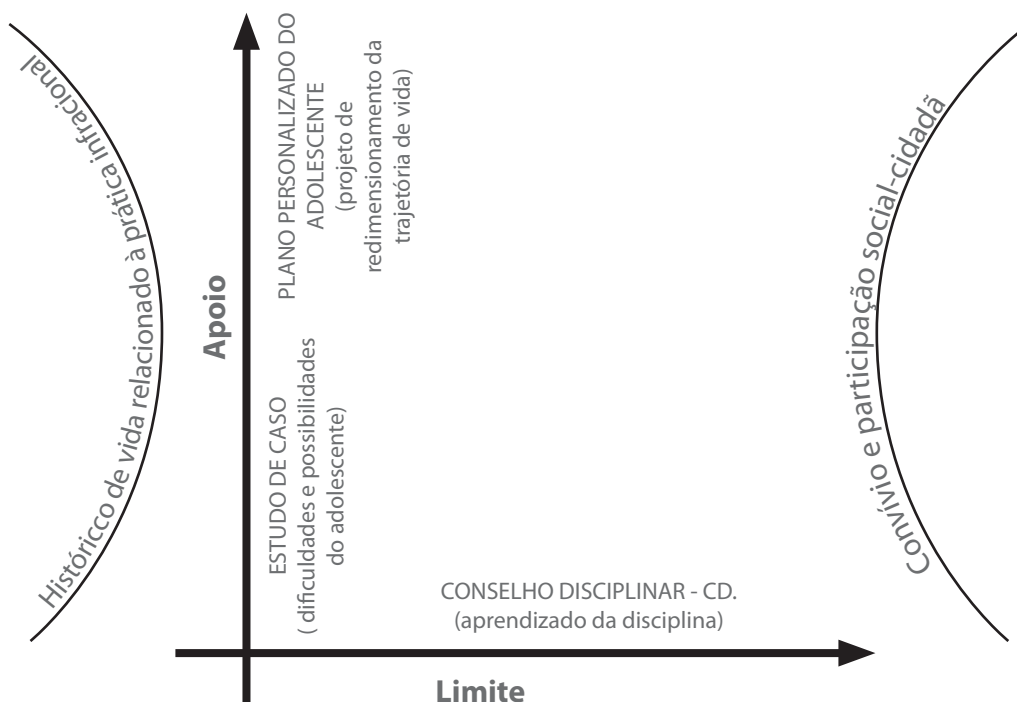
Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação do Processo Socieducativo



É nessa retroalimentação de informações entre estudo de caso, plano personalizado e conselho disciplinar que a proposta de trabalho apresentada neste caderno se torna uma realidade. O estudo de caso, compartilhado na medida necessária, no espaço do conselho disciplinar, permite uma análise mais abrangente da falta disciplinar cometida pelo adolescente e a adequação da consequência disciplinar. Por sua vez, a descrição do comportamento inadequado do educando no conselho disciplinar amplia os elementos para o estudo de caso em questão.

Quando o adolescente já tem seu plano personalizado, o intercâmbio que se estabelece entre ele e o conselho disciplinar permite vincular a tomada de decisões da medida disciplinar a ser aplicada com o desenvolvimento do PPA, ao passo que possibilita que a equipe responsável por aquele PPA possa retomar ou até reelaborar alguns pontos com o adolescente, visto que ele não tem cumprido parte dos compromissos estabelecidos.

ARTICULAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PEDAGÓGICOS que apoiam o processo socioeducativo



Deste modo, a proposta apresentada aqui alicerça-se no exercício da democracia, da prática dialógica, da tomada de decisões colegiada e da compreensão do adolescente enquanto protagonista de uma história e de um futuro que se coloca a sua frente.

O trabalho principal de um Centro de Socioeducação é garantir apoio e limite, os quais se concretizam no exercício dos instrumentos pedagógicos discutidos, e, com isso, promover o processo de desenvolvimento pessoal e social do adolescente para uma convivência e participação social-cidadã.

Referências

BORGES, A . Adolescentes e Trabalho na Virada do Século. Conjuntura e Planejamento, v.49. Salvador, 1995.

CARVALHO, Inês Faria de. O Trabalho Produtivo e o Trabalho Educativo. Mimeografado, Curitiba, 1992.

CARVALHO IN COSTA, A. Psicanálise e Moral. São Paulo: Edusc, 1989.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Aventura Pedagógica: Caminhos e Descaminhos de uma Ação Educativa – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – As Bases Éticas da Ação Sócio-educativa. Manuscrito impresso – Belo Horizonte: abril/2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Sócio-educação – Estrutura e Funcionamento de uma Comunidade Educativa. Manuscrito impresso – Belo Horizonte: abril/2004.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Parâmetros Curriculares – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Pedagogia da Presença: da Solidão ao Encontro. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1999.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da – Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

LA TAILLE. Três Dimensões Educacionais. São Paulo: Summus, 1998.

MCCOLD, P. e WACHTEL, T . Em Busca de um Paradigma: Uma Teoria de Justiça Restaurativa.

Trabalho apresentado em XIII Congresso Mundial de Criminologia, 10 a 15 de agosto de 2003, Rio de Janeiro.

QUARENGUI, Maria. A Pedagogia de Makarenko. Mimeografado, Curitiba, 1992.

TOURAINÉ, Alain. Podemos Viver Juntos? Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. A Pedagogia de Freinet. Mimeografado. Curitiba, 1992.

Socioeducador, faça aqui suas anotações



Governo do Paraná



CEDCA

ISBN 978-85-63558-06-0



9 788563 558060